
SESSÕES DO PLENÁRIO

10ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, que discutirá o Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial de combate à intolerância religiosa, através do projeto de lei número 14.692/2005, proposta pela nobre deputada Fátima Nunes.

Convido a proponente da sessão, a nobre deputada Fátima Nunes (palmas). Convido o Exmº Sr. Deputado Bira Corôa, Presidente da Comissão Especial da Promoção da Igualdade Racial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (palmas). Convido a Exmª Srª Secretária Estadual da Promoção da Igualdade, Drª Luíza Barros, representante do governador em exercício, Edmundo Pereira (palmas). Convido o Sr. Assessor Especial Benedito Cintra, representante do ministro da Secretaria Especial de Política da promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, Edson Santos. (Palmas)

Convido o Exmº Sr. Promotor do combate ao racismo, Dr. Almiro Sena, representante do Procurador Geral de Justiça, Dr. Lidivaldo Britto (palmas). Convido o Exmº Sr. Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, meu querido amigo deputado Valmir Assunção (palmas). Convido o Sr. Assessor da UFBa e coordenador afro do gabinete da nação jurídica, Samuel Vida (palmas). Convido o Sr. Professor, produtor, apresentador do Programa Aprovado, meu querido amigo Jorge Portugal (palmas). Convido o Sr. Presidente da Fundação Palmares, Zulu Araújo (palmas). Convido a Srª Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Vilma Reis (palmas). Convido a Srª representante do Fórum e quilombos educacionais da Bahia, diretora do Instituto, professora Vanda Cruz. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra a nobre deputada Fátima Nunes, proponente desta sessão.

A Srª FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, toda a Mesa que compõe nesta tarde esta sessão especial; o deputado Marcelo Nilo, nosso Presidente; deputado Bira Corôa, Presidente da Comissão da Promoção da Igualdade; nossa secretária estadual da Promoção da Igualdade, Drª Luíza Barros; assessor especial do ministro, Benedito Cintra; o Exmº promotor do combate ao racismo, Dr. Almiro Sena, representando também nosso Dr. Lidivaldo Britto; nosso secretário de Desenvolvimento Social de Combate à Pobreza, Valmir Assunção, mas também

deputado. Sr. Professor da UFBA e coordenador da Afro do gabinete de articulação jurídica, Dr. Samuel Vida; professor, produtor e apresentador, Dr. Jorge Portugal; Sr. Presidente da Fundação Palmares, Zulu Araújo, Presidente do Conselho CDCN; nossa companheira de luta, Vilma Reis, Sr^a representante do Fórum dos quilombos educacionais da Bahia; diretora do Instituto Steve Biko, professora Vanda Cruz; senhores presentes nesta sessão, representando os diversos movimentos sociais da luta pelo combate ao racismo; os quilombolas de Cipó; as comunidades de Entre Rios; os companheiros e companheiras de Betânia; comunidade negra de Cícero Dantas; representantes do município de Lauro de Freitas; prefeito Antônio, do município de Jaguarari; deputados estaduais, deputado pastor Assis, deputado Bira Corôa, vereador Carvalho, demais presentes, nosso amigo de luta de Inhambupe, Benoni, ex-prefeito; juventude aqui presente da comunidade de Steve Biko e demais companheiros que no dia-a-dia têm lutado muito para que neste Brasil exista igualdade. Igualdade sobretudo para aqueles e para aquelas que constituem a nossa nação com a sua sabedoria, com a sua riqueza, com a sua força de trabalho. Que neste ano em que celebramos os 509 anos de aniversário do Brasil, possamos entender o quanto foi dura a realidade de homens e mulheres que foram sequestrados dos seus países para virem aqui viver como escravos, considerados sem alma, como pessoas que não sofriam e não sentiam dor, não tinham alma. Nada mais justo, nesta capital baiana e neste Estado onde a maioria da população é negra - conforme as estatísticas 82% da população é negra -, do que se ter uma lei que de fato venha regulamentar, ser um instrumento jurídico que facilite a ação das políticas públicas para que se possa chegar na vida de cada homem, de cada mulher e assim lhes garantir condições de vida com dignidade para que homens e mulheres na Bahia possam ter o direito de viver bem, de ser feliz.

Quero falar muito pouco sobre isso, porque todas as autoridades da mesa e muitos dos que estão aqui no plenário, ao longo desses anos, têm enfrentado no dia-a-dia o debate e a ação contínua contra o racismo, contra o preconceito, contra a desigualdade. Têm grande conhecimento para nos transmitir, e assim enriquecer esta Casa, enriquecer os deputados com mais conhecimentos, com mais sabedoria para que cada vez mais fortaleçam em nós o espírito de cidadania, e democrático, para que assim em breve tempo possamos estar votando esse estatuto e entregando essa conquista para o povo baiano.

Agradeço imensamente a todos e a todas que nesta quinta-feira deixaram outras atividades. Sei inclusive, que o secretário Valmir Assunção tem outra atividade muito necessária, mas preferiu estar aqui. No meio desses companheiros, encontramos a força e a energia para enfrentar aqui nesta Casa o debate duro, onde às vezes muitos que silenciavam, hoje se colocam como se fossem defensores da maior justiça social. Mas é assim mesmo. Aqui é a Casa da democracia, é a Casa onde se debate todo problema brasileiro. Aqui vamos encontrando os instrumentos jurídicos necessários, que são as leis e os projetos, para votar e transformar essas ações em políticas públicas.

Saúdo também companheiros que vieram de Quijingue, como também de Araçás. Certamente, no decorrer da sessão, teremos muitas outras figuras importantes, representantes de movimentos sociais para registrar as suas presenças aqui.

Muito obrigado, presidente. Vou ficar presidindo aqui esta sessão, e os demais farão uso da palavra. Muito obrigada a todos e a todas. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):-Quero convidar para fazer parte da Mesa a Sr^a Luciane Reis,publicitária do Instituto de Mídia Étnica.

Registramos a presença do Sr. Menezes, superintendente da Promoção da Igualdade Racial de Lauro de Freitas; do Sr. Komannajy, da Acbantu; do Sr. Vereador Henrique Carballal, já falei; de Fernando Araújo, representando o secretário municipal de Educação Carlos Soares; dos Srs. Firminiano e Venâncio representando a Coordenação da Defensoria e Proteção dos Direitos Humanos; da delegada Isabel Alice de Pinho, representando o Sr. Delegado-Geral da Polícia Civil Joselito Bispo da Silva; Eduardo Viga, representando o terreiro de candomblé Ilê Axé. (Palmas)

Assistiremos agora a apresentação cultural da cidade de Cipó.

(Apresentação do grupo Nação Quilombola.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Agradecemos a participação do Grupo Quilombola, de Cipó. Sabemos que, no interior do nosso Estado, a discussão sobre essa identidade, sobre essa força da negritude tem avançado bastante. Portanto, quero parabenizar esse grupo que tem encaminhado no Sertão esse debate.

Convido o Sr. Subsecretário Municipal da Reparação, o Sr. Aílton Ferreira, representando o prefeito João Henrique neste ato.

Registro também a presença de Robson Feitas, representante da União Rastafari/Embasa; Lúcia Pires, da Omodara, uma instituição que faz um trabalho social também importante; José Gilmar Alves Santos, vice-prefeito de Cícero Dantas; Antônio Paixão, representando a vereadora Vânia Galvão, de Salvador; Celina Silva de Almeida, vice-presidente da Acbantu; Rodrigo Rangel Pinto, da instituição Siobá; Rosângela Santos, do grupo ambientalista Planeta Água, de Dias D'Avila; Antônio Valter da Silva, presidente da Associação Cultural Religiosa Odé Omã; Rosa Maria Moreno da Silva, sacerdote afro do Ilê Asé Obá Koso Loke Omi.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Para fazer uso da palavra, convido o presidente da Fundação Palmares, o Sr. Zulu Araújo.

O Sr. ZULU ARAÚJO:- Boa-tarde, Sr^a Deputada Fátima Nunes, proponente da sessão, a quem parabeno e agradeço o convite feito à presidência da Fundação Cultural Palmares. Na pessoa da deputada, gostaria de saudar toda a Mesa, tendo em vista a grande presença de lideranças e representações federais, estaduais e municipais. Quero saudar as comunidades aqui presentes, as lideranças, os militantes, os sacerdotes e as sacerdotisas do culto afro aqui presente.

Em nome do ministro da Cultura, Juca Ferreira, quero também trazer uma saudação de trabalho, de luta e de militância em torno das questões culturais que não só dizem respeito à comunidade negra mas também ao Brasil como um todo.

Eu gostaria de falar,não, na verdade eu gostaria de fazer pequenos comentários sobre essa luta que vem sendo travada no Estado da Bahia, a partir da proposta apresentada pelo então deputado Valmir Assunção para criação do Estatuto da Igualdade Racial. Creio eu que essa proposta, evidentemente, está também na esteira da que existe no plano federal para criação do Estatuto da Igualdade Racial no Brasil, apresentada pelo então senador Paulo Paim que na época era deputado. Tenho acompanhado essa discussão no Brasil há algum tempo, inicialmente enquanto

militante do movimento negro e posteriormente como dirigente da Fundação Cultural Palmares.

Creio que do mesmo modo que temos encontrado dificuldades no plano federal, além das dificuldades próprias no que diz respeito à técnica legislativa, adequação à Constituição, enfim aos processos próprios que o Legislativo tem, há algo que nos chama a atenção e que é preciso, no meu entendimento, que estejamos atentos, articulados, mobilizados e, evidentemente, tenhamos, também, habilidade para fazer as negociações para que os nossos objetivos se transformem em realidade.

Há, hoje, no Brasil, após um conjunto de conquistas e de avanços da comunidade negra, e eu diria mesmo que a sociedade brasileira teve como um todo participação particularmente após a presença do governo Lula na presidência da República do nosso País, sem dúvida alguma, uma orquestração, um conjunto de setores da elite brasileira que tem se articulado de forma firme, permanente, persistente, no sentido de não apenas barrar as conquistas que a comunidade brasileira negra teve até o momento, mas até mesmo fazer retroagi-las. Isso temos visto, por exemplo, na mídia que, seguramente, deve ser a maior articulação política já existente neste País, com a duração de, praticamente, cinco anos para combater algo que tem sido um sucesso, na verdade, das políticas e ações afirmativas do Brasil que são as cotas para negros no ensino superior brasileiro.

A mídia brasileira, quando digo mídia brasileira digo a grande imprensa brasileira, os grandes jornais, os grandes veículos de comunicação, tem se dedicado a desconstruir, a omitir, a enganar, e muitas vezes de forma irresponsável, a mentir de forma deslavada acerca do propósito, dos objetivos e dos avanços que as cotas têm propiciado à sociedade brasileira. E aqui vai um dado que considero fundamental para que vocês entendam o que estou falando: há, hoje, entre o sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras e o Programa ProUni, aproximadamente 254 mil jovens negros do Brasil no ensino superior, o que irá possibilitar, dentro em breve, aos jovens competir em igualdade de condições para serem dirigentes, deputados, empresários etc.

Temos, hoje, 254 mil jovens negros brasileiros com a possibilidade, como eu disse anteriormente, de estar no mercado de trabalho, nos próximos cinco anos, disputando em igualdade de condições o mercado de trabalho no Brasil. Mas não é só isso que está em questão. Há a questão quilombola, hoje uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para derrotar e derrubar o decreto 4.887/03, do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que regulamentou o art. 68 da Constituição Federal no que diz respeito à certificação, delimitação e titulação das terras quilombolas.

E há também no Parlamento brasileiro uma ação liderada por um deputado catarinense no sentido de aprovar um projeto legislativo anulando esse decreto 4.887. Mais ainda, temos também no STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que deverá ser julgada em breve.

Isso tudo não é, evidentemente, coincidência. São ações articuladas, concertadas no sentido de barrar um dos avanços mais importantes que a sociedade brasileira tem alcançado nos últimos tempos. Aqueles que estão contra esses temas que eu levantei aqui são os mesmos que são contra o Bolsa Família, o Bolsa Escola e

qualquer avanço que signifique a promoção da igualdade, em qualquer plano, neste País.

Portanto, o Estatuto da Igualdade Racial que ora está em discussão na Bahia é mais um passo, é mais uma conquista para que o nosso Estado – particularmente Salvador, cidade considerada a Roma Negra – saia desse caráter simbólico e ganhe, evidentemente, o caráter prático, concreto, não apenas de justiça social, mas também de justiça racial.

Nesse sentido, é evidente que o Estatuto, no formato que ele está hoje – fiz questão de dizer isso àquele que eu sei perfeitamente que contribuiu decisivamente para a sua elaboração, o meu companheiro de militância de longos anos, professor Samuel Vida. Sempre prefiro chamá-lo de professor do que de doutor, porque considero que a missão de professor tem uma grandeza e uma generosidade bem maior do que aquela expressada pelos doutores, que também são valiosas –, precisa de aprimoramento.

Para haver esse aprimoramento, ele precisa passar por discussões, debates, é necessária uma reflexão aprofundada sobre as forças e a mobilização que temos hoje. Evidentemente, deve existir uma negociação com o governo da Bahia, que foi eleito por todos nós para mudar, para alterar esta realidade de exclusão e de opressão que durante anos dominou o nosso Estado.

No meu entendimento fica muito clara a necessidade de elaborarmos, de forma conjunta, articulada e participativa, um substitutivo que possa, a um só tempo, incorporar os avanços oriundos do próprio governo baiano, como, por exemplo, a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que consta na proposta do Estatuto como um futuro, e hoje já é uma realidade no nosso Estado. Temos aqui a secretária Luiza Bairros, que bem expressa esse avanço sob todos os aspectos.

Além disso, também é evidente que há alguns aspectos, do ponto de vista constitucional, que precisarão ser adequados e ajustados à Constituição Federal. Por exemplo, a questão quilombola terá que estar norteadada por uma legislação federal. E eu tenho certeza de que não haverá nenhum problema. Pelo contrário, a Fundação Cultural Palmares se coloca aqui, assim como o Ministério da Cultura, à inteira disposição para ajudar, colaborar e contribuir para que o aprimoramento desse Estatuto permita que ainda este ano, em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, possamos estar celebrando a aprovação do Estatuto aqui no Estado da Bahia.

Para terminar, gostaria de dizer a todos vocês que a Fundação Cultural Palmares se sente orgulhosa de poder participar dessa discussão. Considera, evidentemente, que esse é um passo significativo não apenas do Movimento Negro baiano, mas também das forças progressistas deste Estado. Precisamos contar com todas elas para aprovar esse Estatuto. E mais do que isso, para a sua implementação, porque não basta apenas aprová-lo; não podemos permitir que ele se transforme numa letra morta, como muitas das leis que são feitas no nosso País. Então precisaremos dessas forças para estar unidos no sentido da implementação...

Quero dizer também que, no plano da cultura, naquilo que estiver ao alcance da Fundação Cultural Palmares, estaremos, volto a reiterar, dispostos... e à inteira disposição. Quero aproveitar a oportunidade para convidar a todos da área da cultura do Estado da Bahia para comparecer, amanhã, ao Conselho de Cultura, localizado no

Palácio da Aclamação, para que possamos conversar e discutir sobre o Terceiro Festival Mundial de Arte Negra – FESMAN, que vai ocorrer em Dacar, em dezembro, no qual o Brasil será o país homenageado.

Muito Obrigado. Axé! A felicidade do negro é uma felicidade guerreira! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigado, Sr. Zulu.

Dizia à nossa secretária que o conteúdo de todas as falas dos componentes da Mesa é muito rico.

Queremos abrir o tempo também para os que estão no Plenário falarem, só não sabemos se vai haver tempo para todos. As falas são tão ricas, que temos dificuldade para limitar o tempo. Por isso, quero dizer que a nossa sessão vai ser um pouco longa. Na Mesa, temos uma quantidade grande de pessoas que têm um conteúdo muito importante para nos passar nesta tarde, até porque estamos discutindo uma lei, algo que vai ser votado aqui. Então quanto mais contribuições recebermos melhor.

Limitaremos um pouco o tempo, entre cinco e sete minutos, para ver se conseguimos reduzir o tempo para até uma hora e meia, no máximo duas, de trabalho aqui na sessão.

Quero convidar, neste momento o professor Jorge Portugal, produtor e apresentador do programa Aprovado.

Antes, quero dizer que conversarei bem pouco para deixar tempo para os convidados e participantes da Mesa, como também para os que estão no Plenário.

O Sr. JORGE PORTUGAL:- Boa tarde, senhores!

Quero saudar a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes, proponente desta sessão.

Vou-me esforçar por demais para ver se uso a metade do tempo do presidente Zulu Araújo. Vou ver se consigo operar esse milagre de síntese, porque o cerne da minha palavra, da minha comunicação é uma preocupação que me vem tirando alguns minutos na madrugada.

Mas, Zulu, já começo o meu pronunciamento um tanto quanto subtraído, porque pensei em evocar aqui o Ali Salomão e dizer que, em todos os momentos, em todos os sentidos, a felicidade do negro é sempre uma felicidade guerreira. E quando você citou o Ali, eu disse: Ah danado! Ah danado! (Palmas!)

Pois bem, é uma felicidade guerreira, guerreira até para explicar às pessoas que a nossa luta não é por hegemonia nem por supremacia racial, mas por igualdade social. E parece que elas fazem ouvidos moucos, não entendem, porque não querem entender, porque há uma má-fé que preside esse ruído de comunicação adrede promovido para que a nossa luta não avance.

Um dia estava fazendo uma palestra num determinado lugar, e um cidadão paulista, de cor clara, me ouviu falando exatamente neste ponto: não é supremacia, não é revanche, não é virar o placar de maneira vingativa! É igualdade. É igualdade! Igualdade que é a alma da democracia. E, quando eu terminei de falar, deputado Yulo, ele me disse: Puxa vida, a partir de hoje comecei a concordar com a luta de vocês. Nunca tinha ouvido direito o que era igualdade racial.

Temos que fazer esse esforço cada vez mais e ser até didatas para explicar a essas pessoas que o que queremos, na verdade, é zerar o marcador histórico no 0 x 0, no 10 x 10, e, a partir daí, o talento é que passará a determinar os próximos passos.

Mas a minha preocupação é a seguinte: estamos diante de uma proposta de modificação do concurso de ingresso na universidade, o chamado vestibular nacional, que vai ocorrer nos dias três e quatro de outubro. Pois bem, louvável. A partir de agora, aquele aluno pobre, principalmente da rede pública, excluído, que não tem condição de pegar um avião e palmilhar várias capitais, tentando vários vestibulares, ele vai fazer um vestibular aqui, no seu próprio estado, e tentar 4 ou 5 opções de cursos em outros estados. Isso é muito bem, muito positivo.

Mas existe um outro lado, vereador Carbalhal, que não sei se já foi objeto da sua reflexão. No momento em que nós temos ainda uma rede pública que não está no meio do caminho sequer daquilo que nós imaginamos e pretendemos, você possa imaginar, Zulu, Vilma também, que a elite da rede particular dos estados do Sul, vão imediatamente tomar as vagas dos cursos prestigiados logo, aos primeiros minutos do primeiro tempo.

E o segundo time, da rede particular desses mesmos estados, que ainda é um time altamente competitivo vai mirar: bom, já tomaram todas as vagas de São Paulo, do Paraná e Rio Grande do Sul, para onde é que nós vamos? Nós vamos buscar os outros estados onde haja vagas em universidades federais de qualidade. Isso pode resultar num verdadeiro massacre, sobretudo em relação aos nossos estudantes negros, afrodescendentes, da rede pública e nordestinos.

Ontem, num debate na Bienal, externei essa minha preocupação, eu estava em diálogo com o professor Cipriano Lucchesi, que dispensa apresentações, é um dos grandes educadores do Brasil, e eu dizia que durante 2 ou 3 anos nós teremos essa situação, que é perigosíssima. Ele virou-se para mim e disse: Jorge, acho que você está sendo otimista. Eu já avaliei isso também, acho que durante uns 10 anos.

Então, é muita luta, é muita frente, é muito o que nós temos que fazer. Temos que mobilizar a nossa comunidade, e estou contentíssimo de ver aqui os estudantes, temos que levar isso adiante ao máximo que pudermos, este é o nosso primeiro e grande grito, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, mas temos também que defender urgentemente a nossa condição de ter uma escola pública de qualidade para que possamos alçar os voos necessários a nossa independência e emancipação social e intelectual.

Um belo dia, só para finalizar, em parceria com Lazo Matumbi, escrevi uma canção que se tornou uma espécie de hino oficioso do movimento negro, e ela finalizava dizendo: “Apesar de tanto não, tanta dor que nos invade, somos nós a alegria da cidade.” Àquela época, mas hoje a proposta é outra, apesar de tanto não, Vilma, tanta dor que nos invade, nós queremos ser, e seremos, a alegria, mas o poder econômico, o poder aquisitivo, social e político da cidade e deste Estado.

Boa-tarde para vocês. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra a Sr^a Vilma Reis, presidenta do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra. (Palmas)

A Sr^a VILMA REIS:- Boa-tarde, tenho um papel aqui com um recado sobre o tempo/limite estabelecido. Já entrei aqui em acordo com o microfone. Meu nome é Vilma Reis. Aprendemos, no Movimento Negro, que numa sociedade racista, mulheres negras têm que ter nome e sobrenome, senão o racismo bota o nome que quiser. Então, aonde nós chegamos nós temos nome e sobrenome.

Eu gostaria de dedicar esta tarde de trabalho ao ministro Joaquim Barbosa, por tudo que ele fez por nós ontem, por ter enfrentado na principal Corte de Justiça do País, ter feito o que todas as pessoas precisam fazer quando têm um mandato, foi isso que Joaquim Barbosa fez ontem ao enfrentar o presidente do Superior Tribunal, Gilmar Mendes. Ontem, Joaquim Barbosa, o que ele fez foi dizer que um poder autônomo não pode se aliar a nenhum outro poder para obedecer e que nós precisamos honrar as pessoas que garantiram a nossa existência até aqui. Parabéns a Joaquim Barbosa que ontem deixou nossos corações de uma outra forma. Parabéns a Joaquim Barbosa, e que o vento leve esse recado, que vá com a divindade que governa o dia de hoje e chegue de uma flecha só. Hoje é quinta-feira (Palmas).

Deputada Fátima Nunes, secretária Luiza Bairros, através dessas citações, gostaria de saudar a Mesa e dizer que nós estamos aqui também por conta dos jovens do Estado da Bahia, e que lamentavelmente no mês de janeiro chegamos à marca de 11 mortes ao dia. Eles têm morrido com as balas e a covardia do Estado e dos grupos paramilitares tolerados pelo Estado; eles estão morrendo porque lamentavelmente estamos vivenciando uma situação do fim do grupo que controlava e fiscalizava os grupos de extermínio neste Estado.

Por isso o debate em torno do estatuto da igualdade na Bahia e de enfrentamento à intolerância religiosa tem um papel central em nossas vidas. Desde 2005, o deputado Valmir Assunção, através de sua assessoria e fazendo o que devemos fazer com o mandato, apresentou este projeto e desde então passamos 3 anos sem que nenhuma situação fosse modificada, do ponto de vista do trabalho dos deputados no trato com este estatuto.

No ano passado, através da ação da deputada Fátima Nunes, o CDCN (Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra), veio para uma sessão nesta Casa, porque entendemos que temos como tarefa retomar o trabalho de revisão. Hoje a situação, como bem disse o presidente do Palmares, é absolutamente outra, e o presente lamentavelmente na Bahia é de ataque no mínimo de conquista da comunidade negra. É de um ataque frontal.

Então, como nos disse Mário Teodoro na semana passada, na Conferência Municipal de Promoção da Igualdade de Salvador, nós estamos debatendo o estatuto da igualdade, porque todo branco rico ou de classe média que sai do Brasil para estudar nos Estados Unidos se beneficia de cotas como latino-americano; todos os brancos, e eles sabem disso; eles não estudam nos Estados Unidos como brancos porque não o são. Então, Mário Teodoro nos lembrou isso, e aqui fica mais um argumento para a gente conversar com os adversários das políticas de ações afirmativas.

Para terminar, eu gostaria de dizer que nós estamos aqui para instalar um debate sobre o estatuto dentro de uma Assembleia Legislativa que parece sempre muito distante das agendas prioritárias da maioria desse Estado que é a população negra.

Nós estamos aqui porque nossas demandas continuam sem respostas em São

Francisco do Paraguaçu, onde perdemos, por força do racismo institucional, duas das suas principais Lideranças: Dona Maria das Dores e Zé Altino. Nós sabemos em que circunstâncias aquelas duas Lideranças morreram. E a luta de São Francisco do Paraguaçu é o retrato, deputada, de que nós precisamos enfrentar a aprovação do estatuto na Bahia, para que esse processo sirva de exemplo para o conjunto do país. Precisamos quando uma televisão dedica 8 minutos do seu tempo precioso, no chamado horário nobre, para atacar a comunidade de São Francisco do Paraguaçu, como aconteceu em 14 de maio do ano passado. Como disse Sílvia Humberto, maio é sempre uma data traumática para nós. E 14 de maio é sempre uma data traumática para nós porque se trata do dia seguinte.

Então, o que estamos querendo, quando citamos São Francisco do Paraguaçu, é dizer que a demanda quilombola faz parte, é o centro do debate porque tem a ver com terra, e os brancos adoram terra neste País.

Assim como sabem que todos têm que mandar seus filhos para a universidade, mas ficam superincomodados quando chegamos à universidade de cabeça erguida e pela porta da frente. O fácil é conviver conosco de cabeça baixa, invisível, limpando o chão da universidade. A diferença é que o objeto resolveu falar. E nós vamos entrar pela porta da frente. Isso foi o que nos ensinaram as mulheres mais velhas. (Palmas) Nós vamos entrar pela porta da frente.

Para terminar, eu gostaria de dizer que estamos aqui por conta das mulheres negras da Bahia que, hoje, têm, em geral, como único momento de contato com o Estado é quando vão buscar os seus filhos mortos no Nina Rodrigues ou em qualquer outra pedra de Instituto Médico-Legal do Estado.

É por isso que nós estamos aqui, e precisamos de um estatuto. E por fim, porque é o começo e nós vivemos em roda, estamos aqui porque as casas, os terreiros, os territórios das religiões de matriz africana continuam sendo atacadas.

Acabei de vir de Vitória da Conquista, e o cenário de intolerância religiosa na região é muito doloroso. Por isso nós estamos aqui. Não vamos recuar.

E estamos aqui para lembrar aos 63 deputados deste Estado que eles não são deputados no Rio Grande do Sul, são deputados num Estado de maioria negra. É isso, viva nós. Viva nós, que vamos continuar.

Viva nós. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, companheira. Valeu a luta e a nossa luta continuará.

Eu quero aproveitar para registrar as presenças de Moisés Rocha, vereador do Município de Salvador; Sidnei Rocha, diretor da Associação Cultural Nova Flor; remanescentes da comunidade quilombola de Entre Rios; Rose Bassuma, representando o deputado federal Luís Bassuma; Waldemário Beltrão, presidente da Associação dos Direitos Humanos de Canavieiras; Wilson Paulista, representando a executiva estadual do PT; Cristóvão dos Anjos, secretário de Desenvolvimento Econômico de Cícero Dantas; representantes também do MSTs; do Instituto Pedra de Raio; Dr^a Eunice Gomes, representando a OAB; Benone Lélis, ex-prefeito de Inhambuque; o Instituto Conexão Tribal; Nadjane Miranda, representando o secretário

de Governo de Lauro de Freitas; professora Sandra Maria Santos, representando a Coordenação da Diversidade Negra de Gênero e Sexualidade dos Direitos Humanos da Secretaria Estadual da Educação.

Vamos passar a palavra para a professora Vanda Cruz, do Foquiba - Fórum de Quilombolas Educacionais da Bahia, e diretora do Instituto Steve Biko.

A Sr^a VANDA CRUZ:- Boa tarde a todos e todas, ao pessoal da Mesa, à deputada Fátima Nunes.

Tomando a palavra de Vilma Reis, eu sou Vanda Cruz. Eu falo em nome da juventude negra, como professora do Instituto Steve Biko e como coordenadora do Fórum dos Quilombos Educacionais da Bahia, que, hoje, congrega 5 quilombos educacionais que também não viram, ainda, a mão do Estado. Nesses últimos anos, pelos menos no últimos 17 anos, nem o Steve Biko nem os outros têm visto a mão do Estado.

E a gente tem lutado muito para conseguir colocar a juventude negra na universidade, entrando pela porta da frente.

Ontem, na aula de TCN do Instituto Steve Biko, a gente dialogava e debatia com os alunos –que hoje estão aqui – sobre a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. E a gente queria deixar claro para os estudantes que era importante vir para cá, mas era importante saber o que se ia fazer, o que se está querendo. Porque, muitas vezes, a gente toma os alunos, ou o povo, simplesmente como massa e vai botando no rolo compressor. E a gente não quer isso. Enquanto professora, enquanto militante, a gente não quer isso. A gente quer os estudantes atuantes, políticos, protagonistas!

E não falo aqui por mim, mas por eles também. E trago a reflexão que ontem fizemos na sala de aula, que foi a seguinte: a gente percebeu que aprovar o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial é dividir poder. E dividir poder não é fácil em lugar nenhum; e aqui na Bahia é muito mais difícil. Um Estado que sempre foi branco, que sempre teve cotas para brancos. Ninguém nunca reclamou das cotas que as universidades sempre tiveram para brancos.

No momento em que os negros conseguiram o mínimo, que foi a aprovação das cotas nas universidades, a gente já vê toda essa negação. E ontem a gente dizia: “Se aprovar as cotas foi pano para manga, aprovar o Estatuto vai ser uma camisa inteira”.

Aí a gente convidava os alunos para travar essa luta. Um deles disse no final da aula: “Professora, luta é luta. Ou a gente assume enquanto luta, ou não é luta, é faz-de-conta. Se a gente sabe que vai ser difícil, que não vai ser fácil aprovar o Estatuto, e se vai ser preciso brigar, ocupar a Assembleia, a gente vai ter que fazer. Porque é luta. A gente vai ter de abrir mão dos nossos trabalhos, dos nossos privilégios de estar em casa assistindo à televisão ou fazendo qualquer outra coisa. A gente vai ter de lutar!”

E quando ele disse isso, a gente falava sobre o Carnaval: “Os negros têm de se mobilizar, têm de deixar de ir ao Carnaval”. E aí alguém disse: “Mas deixar de ir para o Carnaval?” E ele disse: “Ou é luta ou não é luta”.

É aí a gente percebe, como Zulu falou no início, toda a dificuldade, todos os empecilhos que os brancos vêm colocando estrategicamente para nos impedir. A polícia continua nos matando como sempre nos matou. Se a gente finge que não percebe isso, é muito complicado. E ainda tem muita gente nesta cidade que fala na sala de aula, aqui na Assembleia e em todos os lugares: “O problema é social. O problema é sempre

social”.

Mas ontem a gente discutia: o problema daqui não é só social. O racismo não é transversal; aqui é um problema central. A gente tem de atingir o racismo! A questão econômica do Brasil é raça. E a gente tem de atingir isso.

O problema de adentrar a universidade é a raça: somos pobres porque somos pretos.

Quando a gente vem para esta Assembleia é porque a gente quer mudança. Mas uma mudança de fato, discutida, participativa.

E é por isso que os alunos vêm, que a professora Vanda vem, porque a gente quer uma mudança de fato. A gente não quer que os outros falem por nós. A gente quer falar, a gente quer ouvir. E é por isso que os alunos vêm. Espero que dê tempo de os estudantes falarem também nesta Plenária.

Porque, às vezes, a gente não tem a dimensão do que se passa dentro da comunidade. Quem não vive nela não sabe o que atinge a comunidade.

O estatuto precisa ser aprovado. Ontem, uma aluna disse que não se vai mudar tudo, não se vai acabar com o racismo com a aprovação do estatuto, mas pelo menos as pessoas vão poder ouvir e dizer: nós temos direito. Com a discussão das cotas, já percebemos que as pessoas começam a se autodeclararem negras. Então, percebemos que a aprovação do estatuto pode promover isso também. Vai instrumentalizar o Estado, mas também vai instrumentalizar as pessoas para terem posse e consciência daquilo que antes elas não tinham, de que elas são negras.

Steve Biko já diz que a percepção do homem é que ele se entenda enquanto negro. Aí, alguém perguntou na sala de aula: Mas quem são os negros? Como é que vamos identificar quem é negro e quem não é em Salvador? Eu respondi o seguinte, se você não sabe identificar, a polícia sempre sabe identificar e chega uma hora em que ela diz. Quem tem a pele mais clara e não sabe se é preto ou se é branco a polícia sabe, o mercado de trabalho sabe, na hora de escolher, o mercado sabe quem ele escolhe, a mídia sabe, a televisão sabe quem quer colocar nas propagandas, nas novelas.

Então, quando se vem aqui buscando o debate, lendo, discutindo e estudando o estatuto, se percebe que ele tem fragilidades. A discussão precisa ser mais ampliada, algumas coisas precisam ser revisadas, mas queremos participar. Em 2005, já estávamos participando na OAB, em Nazaré, com as assembleias. Ele ficou parado, como Vilma mesmo disse e, agora, temos a oportunidade de discutir o estatuto, brigando e cobrando dos nossos representantes que ele seja aprovado, quem sabe, ainda em 20 de novembro de 2009. O momento é oportuno, nós sabemos. O ano 2009 é o momento oportuno para brigarmos.

Então, meus queridos irmãos e irmãs, deixo o restante da minha fala para que os alunos da Steve Biko, aqui presentes, falem por eles mesmos.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):-Obrigada, companheira Vanda.

Temos a comunidade de Betânia, as jovens que trouxeram também uma música para apresentar.

Antes, enquanto vocês se preparam, vamos ouvir o deputado Yulo Oiticica, que

também tem uma participação importante neste momento, porque foi ele quem pediu que esse projeto de lei fosse desarquivado para que pudéssemos estar novamente discutindo e buscando as contribuições dos movimentos sociais, dos setores que têm realmente interesse e muita vontade de que em breve tenhamos aprovado esse importante instrumento de conquista da nossa gente.

Com a palavra o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Boa tarde a todos e a todas. Eu me sinto no dever de saudar toda Mesa, porque não é todos os dias que podemos ter uma Mesa tão nobre e tão digna na representação dessa causa tão importante. Quero inciar saudando a deputada Fátima Nunes, parabenizando-a pela importante iniciativa; o nosso companheiro deputado Bira Corôa; nossa companheira, representante do governador do Estado, secretária estadual de Promoção da Igualdade Social, a professora e doutora Luiza Bairros; Benedito Cintra, representante do ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal; Dr. Edson Santos; meu amigo, companheiro, promotor do combate ao racismo, das tantas e tantas lutas de esquinas, vielas e retas da luta dos direitos humanos em defesa, sobretudo, da população negra que representa aqui, o Dr. Edvaldo Brito; Dr. Almiro Sena; o nosso companheiro, deputado licenciado, secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, nosso companheiro Valmir Assunção; o professor doutor, militante conhecido não só no nosso Estado, mas também além das trincheiras dele e até do nosso país, companheiro Samuel Vida, professor da Universidade Federal e coordenador do Aganjur; o professor e apresentador do programa Aprovado, Jorge Portugal, que tem o desafio revolucionário não só da educação formal, mas também da formação de cidadãos e cidadãs; a representante do Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia, Vanda Cruz, que fez um importante pronunciamento em defesa da possibilidade da fala dos estudantes dessa importante instituição que tem o nome de batismo de um dos mais brilhantes companheiros guerreiros do mundo que foi o companheiro Steve Biko; a representante do CDNC-Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Vilma Reis, professora atuante na luta dos direitos humanos do nosso Estado e fora dele; o representante da Fundação Palmares, importante instrumento da luta em defesa da causa do negro, nosso companheiro Zulu Araújo, e a publicitária do Instituto de Mídia Étnica, Luciane Reis.

Quero fazer o meu pronunciamento, rapidamente, até porque saudar essa Mesa faz parte dele, e dizer aos estudantes – que talvez estejam menos informados em outros assuntos, mas estão bastante informados sobre essa discussão – que é lamentável o fato de o Estatuto da Igualdade Racial, que tramita no Congresso Nacional, tenha sido aprovado no Senado da República, mas esteja adormecido nas gavetas da Câmara Federal, de onde só Deus sabe quando sairá, talvez com a vontade da população de se manifestar na perspectiva de fazer com que ele saia das gavetas.

Deputada Fátima Nunes, V. Ex^a disse uma coisa importante: o Estatuto da Igualdade Racial do Estado da Bahia é uma iniciativa do nosso companheiro deputado e hoje secretário Valmir Assunção e foi desarquivado por mim, mas é um projeto que não pode ter dono, porque faz parte dos sonhos e anseios de tantos e tantos e tantos nobres africanos que chegaram aqui há mais de 500 anos.

Portanto, essa é uma questão que precisamos superar, Portugal. Você falou

sobre a importância de superar determinados fantasmas, e esse é um dos obstáculos que temos no Congresso, mas não podemos ter nesta Casa. Precisamos aprovar esse projeto de lei, já que essa é uma dívida com uma população de um Estado de maioria absoluta negra, ou seja, mais de 70% da população baiana e 83% da população da capital são negros afrodescendentes.. Dessa forma, esta Casa não faz favor em debater e aprovar este projeto, pois se trata de uma dívida que será paga, tardiamente, pela Assembleia Legislativa.

Mas não tenho dúvida, Vilma, de que essa manifestação é fundamental. E radicalizar essa luta, muitas vezes – sei das críticas que pessoas tão competentes como vocês sofrem por radicalizarem – é fundamental.

Quando era adolescente assisti ao filme de Steve Biko, e uma das coisas que me chocaram foi quando uma jovem branca, norte-americana, sensibilizada com a causa negra, correu para ele, que saía de uma das suas conferências, e perguntou-lhe: “O que faço para te ajudar?” Ele olhou para ela e respondeu: “Nada!” Confesso que, na minha adolescência, fiquei chocado com a atitude dele, que podia ter aproveitado a ajuda daquela jovem branca. Depois, percebi que o que ele quis dizer foi que era preciso que a comunidade negra, verdadeiramente, compreenda a sua força, a necessidade da manifestação e não precise da solidariedade do branco como primeiro passo, como primeiro passo! Sem dúvida, precisamos da solidariedade de todos, mas o primeiro passo é a manifestação desses homens e mulheres herdeiros da nobreza africana que chegaram aqui há 500 anos.

Fiz muito mais questão de falar, deputada, porque não tenho dúvida de que ouvir os que estão aqui hoje deve ser a prioridade de todos nós, Vilma, somar-nos à sua manifestação. O que o ministro do Joaquim Barbosa fez, ontem – e não foi ali na esquina, e sim na mais alta corte da Justiça brasileira, o Supremo Tribunal Federal –, foi dizer a outro ministro, no caso, o Sr. Gilmar Mendes, um senhor branco, representante da mais hipócrita e imunda “nobreza” branca, o seguinte: “V. Ex^a não tem condição de dar lição de moral a ninguém!”

Não sei, meu companheiro Sena, se sinto vergonha da maior Corte da Justiça brasileira, porque prefiro sentir orgulho, como fez Vilma, da manifestação brilhante do nobre ministro Joaquim Barbosa, que disse mais: “V. Ex^a não está tratando com seus capangas do Mato Grosso!”

Pela primeira vez na história deste País, um negro senta na maior Corte da Justiça. E, ontem, é importante que aconteça esta sessão hoje, vimos em todos os jornais, TVs e rádios a mais real e crua truculência branca, intolerância branca sobre a condição sonhada por nós de igualdade racial.

Quero concluir dizendo, deputada Fátima Nunes, que desta sessão não podemos sair sem uma manifestação clara da maioria absoluta da população baiana que é negra, que ontem se sentiu orgulhosa e ofendida pela maior Corte da Justiça deste País. Ontem, todos nós estávamos encarnados naquela manifestação de Joaquim Barbosa. Todos nós fomos ofendidos e todos nós, em seguida, enobrecidos pela manifestação corajosa e brilhante de um homem que não sucumbiu à lógica da elite branca de que aos negros cabia o chinelo e a vassoura. Aos negros cabe, sim, estar nas maiores instâncias de poder, nas maiores instâncias da economia e da política deste País.

Portanto, tem que sair daqui uma manifestação escrita e assinada não só pelas

entidades que estão aqui como também - espero- pelos deputados, senão a maioria absoluta deles. Que todos tenham a coragem de assinar esse manifesto, todos os 63 deputados. Eu duvido muito que a metade assine. Mas nós, deputado Bira Corôa, temos que levar esse documento a todos os deputados, porque tem que ser uma grande manifestação de baianas e baianos porque aquela Corte envergonhou a população baiana, de modo bem especial a população brasileira.

Enfim, como ontem Zumbi, Luiza Mahin, como hoje Vilma, Almiro, Samuel, Joaquim Barbosa, que se tenha a coragem de gritar não mais o chicote, não mais a chibata, e a Justiça passa pela possibilidade real da igualdade. E o Estatuto da Igualdade Racial é um instrumento fundamental, é uma dívida de Lula, é uma dívida de Wagner, é uma dívida da sociedade baiana, e todos temos, se for preciso, que ocupar esta Casa mesmo, fazer vigília dia e noite aqui. Não tenham dúvida de que os deputados daqui estão nessa labuta no dia a dia, discutindo com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que é o deputado Zé Neto, que está comprometido com esse debate, também toda a comissão, para que avancemos no debate e que possamos ouvir todos e todas, de modo bem especial aqui o professor Samuel, que é doutor no assunto e muito contribuiu na formulação do projeto auxiliando o então deputado Valmir Assunção. Mas que a gente possa verdadeiramente perceber a perspectiva de aprimorar o máximo possível e aprovar ainda este ano, como já disse aqui a professora Wanda, quem sabe no dia 20, e pagar essa dívida à população da Bahia.

Vida longa, viva sempre à juventude negra e ousada que não pode mais tolerar o que vimos recentemente: dois cemitérios clandestinos onde negros, pobres e jovens na sua maioria absoluta são sentenciados sumariamente à morte, presos, condenados e executados sumariamente. E não posso crer, fico a cavaleiro porque sou deputado do PT, sou deputado da Bancada do governo, que não haja a participação de policiais e ex-policiais, militares e civis, atuando em cemitério clandestino dentro da cidade, porque seria impossível a existência desse, volto a dizer, dentro da capital do nosso Estado se não tivesse a cobertura de criminosos que dentro do Estado ainda possibilitam a execução sumária da juventude. Para que pena de morte com tanta morte sem pena. Reagir e resistir sempre. Parabéns a todos e a todas.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Obrigada deputado Yulo Oiticica. Como já dissemos antes, existe a dificuldade de diminuir o tempo, porque as manifestações são importantes.

Tínhamos convidado a Comunidade Betânia, mas, por força da necessidade do tempo, irá se apresentar a Comunidade de Entre Rios. Sejam breves porque o tempo é curto.

Enquanto eles chegam, com a palavra o deputado Ivo de Assis.

O Sr. IVO DE ASSIS:- Procurarei ser breve no meu pronunciamento. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes, proponente desta sessão especial. Como a deputada Fátima Nunes colocou, sou um pastor evangélico e negro. Vejo essa luta do Estatuto da Promoção da Igualdade Racial como algo importantíssimo

para todos os negros independente da religião, porque vejo a questão racial muito acima da religiosa. Por isso, gostaria até de propor uma discussão mais ampla, envolvendo todos os negros das outras religiões que não são apenas da religião de matriz africana.

Eu havia até conversado com o nosso companheiro, secretário Valmir Assunção, sobre essa questão. Vejo que, hoje, temos perdido muito tempo. Essa questão poderia ter avançado muito mais se procurássemos não setorizar apenas a religião de matriz africana. Temos que estender essa discussão aos negros independente da sua religião, independente do seu credo religioso, da sua opção religiosa. A própria Constituição Federal nos garante essa liberdade de culto. A Constituição Federal dá essa garantia de proteção ao local de culto. Essa discussão tem que ser mais abrangente para que possamos envolver todos os negros nessa questão. Hoje mesmo, nesta sessão especial, faltou convidar para este debate esse segmento que também há negros.

O promotor Almiro Sena, que tem acompanhado essa luta pela Promoção da Igualdade Racial, é um companheiro que está conosco. Queremos todos nos dar as mãos nessa questão, porque é mais importante do que tudo. Hoje, num Estado como este, onde existem tantas desigualdades, onde o negro tem sofrido tanta discriminação, tem sido tratado como se fosse um objeto, como se fosse uma coisa qualquer, temos que nos unir. Todos nós negros temos que nos unir realmente nesta questão.

Aí, sim, vamos avançar de mãos dadas, progredir, conquistar o que há décadas está sendo discutido e até então não houve nenhum progresso, nenhum avanço, porque tem havido uma certa divisão entre os próprios negros. É hora de nós negros nos unirmos e abraçarmos essa questão do Estatuto da Promoção da Igualdade Racial.

Temos, em Brasília, o deputado Márcio Marinho, membro da Comissão da Promoção da Igualdade, que está lutando pelas cotas para os negros na universidade. É um defensor das cotas para os negros. Aqui, na Assembleia, o deputado Bira Corôa, presidente da Comissão da Promoção da Igualdade, estou como vice-presidente já há algum tempo, e temos lutado por isso. Estamos juntos nessa luta, vamos em frente, porque é uma causa nobre, é uma causa não de um, não de dois, não de três, mas é de milhões e milhões de negros que hoje estão no Estado da Bahia. Vamos avançar juntos, vamos conquistar esse Estatuto da Promoção da Igualdade ainda este ano, como foi sugerido aqui por vários palestrante, 20 de novembro, vamos nos unir para que até o dia 20 de novembro já tenhamos como aprovar esse projeto.

Tive oportunidade de lê-lo e analisá-lo, tenho vários pareceres jurídicos, solicitei à nossa amiga que representa hoje a OAB, Dr^a Eunice, entreguei para ela a cópia do estatuto e pedi para que fizesse um parecer para juntar aos outros pareceres de outros advogados que estão vendo essa questão do estatuto, então não existe porque adiarmos a aprovação desse estatuto.

Temos tudo para aprová-lo, mas vai depender de nos unirmos dentro da Assembleia, e tenho certeza de que os 63 deputados não têm nenhuma objeção, em relação à aprovação desse estatuto. Vamos nos mobilizar para que qualquer barreira que possa existir venha cair por terra e tenhamos esse ano ainda a aprovação.

Era o que queria falar e parabenizar a todos que aqui se encontram engajados nessa luta e engajados nesse movimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Estamos aguardando o Grupo Cultural Remanescente Quilombola Porteira de Entre Rios.

Convidamos para fazer uso da palavra o Dr. Almiro Sena, da promotoria de combate ao racismo.

O Sr. ALMIRO SENA:- Exm^a Sr^a Deputada Fátima Nunes, eminentes integrantes dessa Mesa, companheiros e companheiras do Plenário, minha fala foi antecipada por muitas falas para a minha alegria, acho que isso é comum porque o pensamento é de muita sintonia entre todos nós, mas foi muito antecipada principalmente no que se refere ao posicionamento específico nesta tarde, em relação à postura do ministro Joaquim Barbosa.

A professora Dilma Reis, com sabedoria e inteligência, foi muito feliz em sua colocação, e logo depois também o companheiro Yulo Oiticica. Prefiro que minha fala seja centrada na figura do ministro Joaquim Barbosa.

Faço isso por duas razões: primeiro porque o ministro Joaquim Barbosa, pelo seu cabedal jurídico e intelectual, não pode ser ignorado, não deve passar ao largo de um debate como esse. Na leitura das obras do ministro Joaquim Barbosa encontramos subsídios jurídicos, filosóficos e sociológicos para sustentar plenamente à luz da constituição federal a integral legalidade e constitucionalidade do estatuto da igualdade racial.

Se os Srs e as Sr^{as} colocarem na internet, no *google*, o nome Joaquim Barbosa, ou artigos Joaquim Barbosa da igualdade, vão ter a oportunidade de auferir conhecimentos importantíssimos sobre a importância do estatuto da igualdade racial à luz da constituição de 88, ou seja, na palavra do ministro Joaquim Barbosa, o estatuto da igualdade racial, tanto quanto qualquer diploma legal que vise resgatar uma situação de vulnerabilidade extrema de determinados grupos que foram levados historicamente como ocorre com a população negra, é uma lei não apenas possível, mas exigida pela constituição federal, é diferente, o estatuto da igualdade racial é um cumprimento do estado brasileiro em relação ao que diz a constituição de 88, na consagração do princípio da igualdade material, porque a igualdade formal da revolução francesa, da igualdade perante a lei foi em todos os países democráticos, verificado que ela era insubsistente, por isso avançou-se em todo mundo, Estados Unidos, vários países europeus, os mais desenvolvidos para a a igualdade material, consagrada essa no tratamento desigual favorável determinados grupos historicamente e tradicionalmente vulneráveis e vulnerabilizados, como ocorre, e é unânime esse reconhecimento, com a população negra em vários países da América Latina e, sobretudo, no Brasil.

Além disso, quero falar também do ministro Joaquim Barbosa, primeiro para ratificar a ideia do deputado Yulo, quer era minha também, mais uma vez temos a sintonia da luta e da afinidade no combate que nos faz pensar igual, para que a Comissão da Reparação... Seriam duas proposições, e essa não é do cidadão Almiro Sena, é do promotor de Justiça da Promotoria de Combate ao Racismo do Ministério Público do Estado da Bahia, é uma posição institucional. Eu aqui represento, além da Promotoria, o Procurador Geral do Estado, o Dr. Lidivaldo, mas obviamente não posso falar neste momento em nome dele, nem em nome do Ministério Público, não vai até aí a minha delegação. Mas posso, sim, falar e assumir as consequências disso enquanto promotor de combate ao racismo e à intolerância religiosa do Estado da Bahia. Por

isso, quero propor uma moção, um documento que saia nesta tarde, de apoio ao ministro Joaquim Barbosa e, além disso, uma manifestação da Comissão de Reparação em homenagem ao ministro. (Palmas.)

Faço isso porque V. Ex^{as}, talvez alguns, não por falta de esclarecimento, nem por falta de brilhantismo, porque todos têm, mas por falta de estar lá no metier da coisa jurídica, o que se está travando hoje no Supremo Tribunal Federal. V. Ex^{as}, poucos têm aqui a dimensão e a importância da fala do posicionamento do ministro Joaquim Barbosa. Eu diria que muito do que foi dito aqui, inclusive o brutal assassinato da população negra perpassa pelo posicionamento de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal. E não sejamos ingênuos, o establishment vai dar uma resposta a Joaquim Barbosa, a mais brutal possível. Fiquem atentos à repercussão da mídia, da *Veja*, da *Época*, da *IstoÉ*, para a repercussão hoje dos jornais como o *Jornal da Globo*, o da *TV Record*, da *TV Bandeirantes* e de toda a grande mídia brasileira, fiquem atentos para a repercussão na *Folha de S. Paulo*, no jornal *A Tarde*, no *Correio da Bahia*, em toda a grande mídia deste país, sobre a fala de Joaquim Barbosa, porque e vai nos dizer muito.

Além disso, nomeio jurídico hoje, eu estou tranquilo em afirmar para vocês, um dos maiores nomes do Supremo Tribunal Federal é o de Joaquim Barbosa. Em contato com os colegas do Ministério Público Federal, eles, em grande peso, têm no ministro Joaquim Barbosa a sua maior referência no Supremo hoje. O Judiciário brasileiro tem em Joaquim Barbosa uma das suas maiores referências.

Agora, lembrem-se, é esse Joaquim Barbosa que está se insurgindo contra o presidente do STF que, graças a esse presidente do STF, a população negra do Brasil continua hoje recebendo algemas, impunemente, e graças a esse presidente do STF não se coloca mais algemas em pessoas de classe média para cima, principalmente se for branco. Isso porque o ministro Gilmar Mendes, depois da operação Satyagraha, convocou uma reunião no STF e, numa sessão, aprovou a regulação do uso de algemas. Seria irônico, se não fosse até cínico.

Olhem qual é a regulação hoje: o policial ao prender alguém só poderá colocar algemas se esse alguém representar risco à vida do próprio agente e das outras pessoas ali no momento, etc. Nenhuma novidade, isso está correto. Só que isso era algo que era decidido pelo policial, porque cabe a ele que está ali no momento e tem a dimensão do perigo avaliar isso. Não cabe ao promotor, nem ao juiz, nem a ninguém que não esteja ali presente. Gilmar Mendes vem agora e diz o seguinte: o policial para fazer isso, se colocar algemas, ele tem que depois apresentar um relatório circunstanciado, olhe como é engraçado, dizendo *ipsis litteris* e justificando por que algemou.

Agora, só que, obviamente, não é gente? imagine se isso fosse para ser aplicado, isso não foi feito para ser aplicado para todo mundo, é para ser aplicado para aos de sempre. Se fosse aplicado, cada prisão que o policial fizesse, iria ter que depois perder um tempo imenso para justificar, e esse policial ainda estaria submetido ao perigo de sofrer um processo. Isso é inútil, chega a ser ridículo. Claro, qual é a leitura disso? Vamos levá-la para a prática?

Vamos para a prática: policial, quando você for cumprir ordem de mandado de prisão de classe média ou de branco, principalmente de branco no Brasil, se colocar algemas, você está acabado. Não coloque não, porque vai ter que fazer relatório e

justificar. Agora, para o resto da população, o resto, a população de sempre, você pode algar, etc, no mínimo.

Então, é esse tipo de coisa que está institucionalizada por uma ação do ministro Gilmar Mendes, que o ministro Joaquim Barbosa na sua fala enfrenta. E isso, gente, parece que é grave, é. Mas, infelizmente é a ponta do iceberg.

Então, quero concluir, homenageando o ministro Joaquim Barbosa e dizer, que ontem quando fui surpreendido pela mídia, pela televisão, com aquela cena em que o ministro Joaquim Barbosa dizia ao presidente do STF: “ V.Exª está destruindo o Judiciário brasileiro” foi um dos momentos últimos em que eu disse assim: realmente a nossa luta aqui na base, na planície, ela de alguma forma está repercutindo lá no Planalto, nas esferas do Poder. E como todos disseram assim, não tenho dúvidas, que o ministro Joaquim Barbosa é um guerreiro, também um aliado importante para nós, neste ponto, estamos já invadindo e derrubando e arrombando as portas do poder no Brasil.

Quem tem poder neste País? Nós. E quem quiser que duvide, porque vai pagar um preço alto por isso.

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Registro a presença do deputado Luiz Bassuma, e convidá-lo para fazer parte da Mesa, o pessoal está providenciando aqui um lugar. Registrar a presença, também do soldado Evilásio Bouças, do Núcleo Religioso de Matrizes Africanas da PM; a presença de Selma Brandão, coordenadora geral do Fórum de Negros e Negras Evangélicas; a presença do vereador Gilmar Santiago, de Salvador.

Como já estamos aguardando o Grupo Cultural Quilombola Remanescentes de Entre Rios, Grupo Porteira.

(Apresentação musical.)

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, companheiros, muito boa a participação, nós chamamos para fazer uso da palavra a Srª Luciane Reis.

A Srª LUCIANE REIS:- Boa-tarde a todos e a todas, meu nome é Luciane Reis, sou publicitária, ex-estudante da Steve Biko e estou aqui em nome do Instituto Mídia Étnica, que é uma instituição do 3º setor, criada por estudantes negros de Comunicação por debater direito humano na comunicação e entender a mídia como quarto poder, esse é o nosso exercício.

Atualmente temos três dos nossos membros, um na Inglaterra, promovendo intercâmbio cultural com comunicadores negros na Inglaterra, e dois dos nossos que estão no momento atual em Nova York com mais dois empreendedores negros de Salvador, aprendendo com os pretos afroamericanos como ganhar dinheiro e como gerir nosso dinheiro.

O mídia étnica quando surge é exatamente para estar discutindo a mídia como quarto poder. E exatamente por entendermos e compreendermos que não se dava mais para discutir mídia, para discutir comunicação no Brasil, de fora, nós tínhamos que fazer jus ao que o movimento negro construiu durante muitos anos, de nos dizer que tínhamos que entrar nas universidades e começar a desconstruir a comunicação, a partir

das escolas de Frankfurt e outras.

Dentro disso, nós entendemos a comunicação como um poder central, como um quarto poder central dentro da sociedade brasileira, para que você entenda como isso é formado, como isso é discutido. E não é à toa que dentro de todo o perigo que a informação se torna, diante de todo o perigo que todo esse meio vai construir, a gente tenha o que temos hoje de comunicação.

Qualquer parlamento hoje, qualquer vereador, qualquer pessoa sabe da importância de ter um veículo de comunicação, de ter algo que faça com que ele possa divulgar, propagar suas ideias pelo país. E a Bahia, a partir de 1989, tem dentro das suas leis a obrigatoriedade da diversidade ética na propaganda governamental e nos meios como um todo.

Como todos nós sabemos, a comunicação é o quarto poder. Esta semana nós estávamos fazendo um monitoramento de mídia e tudo o mais, e me deparei com um artigo de Danuza Leão, ela falando sobre “o cara”, sobre o posicionamento que Obama fez sobre o governo federal. E aí é interessante como, com o poder da palavra, desses veículos, você propaga as suas ideias e defende o que você quer. Danuza, ao falar, tentava desacreditar o governo federal na sua viagem para fora, a partir da fala que ele fazia de que a realidade e a falta de economia no Brasil é um problema dos brancos de olhos azuis.

E aí, hoje, a partir de várias falas que estavam acontecendo aqui, eu fiquei pensando nesses fatores e vendo como, realmente, esse estatuto ocupa um papel central na nossa vida. E pensava como a população negra é generosa. Por que nós não pensamos num estatuto municipal, estadual ou federal que beneficie somente “azuis”, nós estamos pensando em todo o benefício, em todo o avanço que traz para a sociedade brasileira, de toda a possibilidade de benefício que se tem para uma sociedade que até então nunca teve o menor fator de generosidade conosco.

E não é à toa que, entendendo a mídia como um quarto poder, a Igreja Universal cria uma Faculdade de Comunicação em pleno Carnaval. Não é à toa, entendendo que as demandas dessa sociedade branca, racista e elitista é central, que o *Jornal Nacional*, durante mais de duas semanas, e quando a sociedade brasileira e o movimento social tentava aprovar leis a favor da legalização do aborto, nós tínhamos o tempo todo jornalistas, repórteres, deputados e vereadores com até 5 minutos de tempo, para trabalhar em cima de demandas e de fatores que destruíam a realidade dessas mulheres negras nesse país (Palmas.)

Não é à toa que dentro da sociedade e entendendo a mídia como um quarto poder o *Jornal Nacional* e todas as Bancadas, inclusive os governos federal, estadual e municipal, trabalham para que a gente possa ser deslegitimado.

Eu acho que trazer os pontos que já foram discutidos aqui é muito redundante, não precisamos trabalhar com isso. Estamos aqui para discutir estratégias de comunicação que esse estatuto precisa ter e no que ele precisa atuar.

E, deputada, a gente não quer discutir o estatuto municipal numa perspectiva de tecnicismo. Queremos discutir comunicação como um direito humano. Queremos discutir esse estatuto com a perspectiva de que não vai adiantar termos leis em que o governo estabelece uma determinada cota para negros, mas os assessores de comunicação pensam como brancos e não conseguem se sensibilizar para o assunto.

Porque, para a gente não adianta, a gente não quer ser uma foto de modelo preta nas peças institucionais dos governos municipais, federais ou estaduais. Queremos que este tema, realmente, adentre nas esferas do município, do Estado e do País com sensibilização, com esta pauta sendo tratada de maneira séria, sendo tratada de maneira central.

E nós, o movimento social, precisamos compreender a comunicação como o 4º poder. Precisamos entender que numa sociedade de informação, hoje, ou nós fazemos o que a Igreja Universal faz muito bem, os evangélicos fazem muito bem, que não é somente pegar seu canal de televisão para se defender nos momentos em que são atacados por outras mídias, mas é, simplesmente, a gente compreender que precisamos adentrar as escolas de comunicação para mudar a realidade dessas escolas de comunicação, porque somente assim vamos poder estar ocupando cargos de poderes nas esferas públicas e municipais, para estar barrando esses fatores.

Somente assim, vamos poder estar dentro de uma Rede Globo, dentro de uma Record, dentro de um SBT, pautando demandas do movimento social para as discussões centrais, e não ter que engolir goela abaixo estar presente em discussões com nossos algozes.

É a partir desse ponto de vista que queremos discutir esse estatuto municipal da igualdade racial. Porque, para a gente, é muito complicado chegar num espaço ou discutir comunicação, que tem seus símbolos, e chegar numa Casa como essa, que diz defender os direitos de todos nós e um estado laico, e você ter um símbolo cristão como ponto central nas nossas vidas.

Imagem é tudo. Imagem fala. E não é à toa que os veículos quando preparam suas produções, não é à toa que quando se prepara uma programação de TV ou de rádio, sabe-se exatamente o que se quer dizer e qual a imagem que se quer deixar marcada. Estava aqui sentada e pensei: “Meu Deus, será que vão me fotografar com esse monte de mulheres loiras, com peito na rua, em cima de mim?”. É complicado!

É a gente estar discutindo uma perspectiva do que uma imagem quer dizer, no que o peso de uma pessoa estar presente entre nós e se comportar da forma que se comportou em diversos espaços quer dizer. Isso, em alguns momentos, chega a ser até uma agressividade, um paradoxo quando você discute o estatuto da igualdade racial e tem que debater exatamente com pessoas que estão em Brasília trabalhando para que várias mulheres negras sejam mortas numa mesa de hospital.

Então, é disso que estamos falando. É nisso que nós, como comunicadores, devemos de atuar. É disso, como comunicadoras, que queremos falar, que esses meios de comunicação têm que dialogar conosco numa perspectiva de ouvir e de falar o que estamos dizendo. Chegou a hora de o Estado brasileiro parar de brincar de fazer políticas públicas com a população negra e, realmente, fazer políticas públicas para a população negra.

E estou dizendo para a juventude que está aqui presente que não são brincadeira os meios de comunicação e que nos estamos direcionando para estar atuando, para estar ocupando espaços em outras áreas e estamos permitindo que evangélicos criem suas escolas, criem suas emissoras, seus canais de televisão e que daqui a pouco virem presidente da República, porque a mídia forma a cabeça. Mídia forma e diz quem ganha e perde dentro deste País. E é isso que temos que compreender quando a gente senta

para construir o estatuto da igualdade racial.

Não queremos discutir no tecnicismo, queremos discutir ele como ferramenta política que vai ter de atuar de maneira política. Por que técnicos nós temos demais. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Ouviremos agora o professor Samuel Vida. E informo ao Plenário que há ainda mais 4 oradores. Então, pedimos que o discurso seja encurtado por causa do horário, mas não fiquem tristes com isso, não, pois é rico o nosso debate aqui.

O Sr. SAMUEL VIDA:- Conforme minha tradição civilizatória, devo iniciar invocando a proteção de minha ancestralidade, dos orixás, inkisses, oduns, caboclos e todas as entidades que nos acompanham e que são a razão de nossa permanência e resistência aqui. Quero também pedir a bênção aos mais velhos, através do ojé Sático, não apenas a bênção como a autorização para usar a palavra, mantendo consonância com a minha tradição. Cumprimento a mesa. Adoraria fazê-lo nominando cada integrante pela singularidade que a mesa possui na sessão de hoje. Esta deveria ser a cara da Assembleia Legislativa permanentemente (palmas). Talvez só nestes momentos consigamos vê-la como uma Casa que pode vir a representar o povo deste Estado. Portanto, não o farei para economizar o tempo, restringindo o cumprimento à deputada Fátima Nunes pela importante iniciativa. Ao mesmo tempo, junto com o cumprimento, junto com os parabéns, cobrar uma atitude definitiva da Assembleia Legislativa da Bahia.

Esta é a segunda sessão que frequento, nesta legislatura, para discutir o tema. Pela segunda vez estamos aqui sem que os líderes da Maioria e da Minoria estejam presentes para compartilhar esse debate, sem que os deputados na sua maioria estejam aqui nos ouvindo para formar um juízo sobre a conveniência ou não de se aprovar a lei ou quais os problemas que nela existem. Ouvimos falar em objeções, mas elas não se colocam transparentemente no debate. Quais são as objeções? Quais são os problemas? Quais são as imperfeições? Estamos aqui para dialogar e para lhes responder qualificadamente os argumentos falsos quanto às supostas inconstitucionalidades. Podemos admitir o debate político sobre até onde é possível negociar, até onde dá para se construir nas condições atuais, mas não me venham agregar adjetivos que sugiram a nossa ignorância e o nosso despreparo. Quando propomos qualquer coisa neste País, sacam o argumento jurídico da inconstitucionalidade, sacam o argumento jurídico da impertinência, tentam nos colocar no nosso lugar, que é o de não dialogar, não utilizar essa linguagem, essas técnicas, esses conhecimentos. Estamos mais do que vacinados a respeito dessa perspectiva. Que o governo do Estado diga quais são as objeções que possui, que os deputados da Assembleia Legislativa digam quais são os gargalos que o projeto tem, que assumam transparentemente a sua atitude de criticar o que é criticado. Eventualmente, pode existir alguma questão a ser superada, não há problema nisso, mas coloquem-se francamente para o debate.

Espero, deputada Fátima, que esta seja a última sessão especial para discutir o Estatuto Estadual de Promoção à Igualdade e Combate à Intolerância Religiosa. Que possamos fazer outras sessões de comemoração da implementação, celebrar a

efetivação dessa que será uma lei fundamental, tão importante quanto outros instrumentos de afirmação de cidadania, para que a Bahia cumpra a sua missão histórica de ser um novo projeto de sociedade, um novo modelo de expressão, de possibilidade de uma democracia racial onde a maioria de fato tenha vez e voz, onde a maioria de fato que tolera, que aceita, que dialoga com o outro possa estar comandando os destinos deste País, deste Estado.

Queria dizer basicamente quatro outras questões. Primeiro, que todos os diagnósticos sobre racismo já foram feitos. Não há mais carência de nenhum dado sobre desigualdade racial no Brasil ou na Bahia que justifique a omissão. A omissão tem de ser assumida como descompromisso, a omissão tem de ser assumida como descaso, como divórcio de um pacto com a maioria. Segundo, que há também proposições apresentadas, sistematicamente, há 30 anos pelo movimento negro baiano e brasileiro. Temos oferecido generosamente uma consultoria gratuita ao Estado brasileiro, às elites brasileiras propostas para superar o racismo de toda sorte, de toda ordem, de todos os domínios. Não há, portanto, carência quanto ao que fazer. Terceiro, estamos vivendo um momento singular de mudanças democráticas no Brasil. Isso não pode ser negado. O Governo Lula representa isso, o Governo Wagner representa isso na Bahia, mas essas propostas de mudança, de transição, encerrando os ciclos centenários, seculares de desigualdade só avançarão se incluírem na centralidade do seu compromisso democrático o enfrentamento ao racismo. Tanto o Governo Lula quanto o Governo Wagner estão devendo à comunidade negra um pronunciamento consistente, sistemático, definitivo de engajamento nesse processo, mais do que inadiável, de ajustamento de contas com esse passado secular.

Não podemos em nome dos pequenos avanços, e eles existem, aceitar a lógica de que é isso nos cabe, que são essas as migalhas que nos bastarão. Importante é a construção da Sepromi, importante a construção da Cepi, mas mais importante do que isso é ter uma política que se estruture como política de estado. Esse é o dever que o governo Lula e o governo Wagner têm com a comunidade negra.

A Cepi e a Sepromi podem ser desfeitas pelo próprio presidente se eventualmente não for dada continuidade a esse trabalho, pelo próximo governador se ele não assumir a continuidade desse compromisso. O Estatuto da Igualdade Racial cria um marco definitivo que impõe a agenda de combate ao racismo como agenda de estado não de governo, que não se submete às conjunturas e aos caprichos dos governantes ou à sensibilidade populista de quem está no poder momentaneamente, mas cria condições para que a comunidade instrumentalize o repertório de elementos democráticos, institucionais, jurídicos, para exercer sua cidadania cotidianamente.

Portanto não estamos pedindo favores, não estamos sequer cogitando o uso privilegiado do relacionamento que historicamente temos com o governo Wagner, com Wagner enquanto militante, com os que compõem a equipe de governo, na sua maioria, oriundos de movimentos sociais. Nós estamos colocando em pauta um compromisso com a sociedade brasileira que não pode mais ser adiado e que, portanto, não tolera escusas injustificáveis ou racismo disfarçado. É preciso que se venha a público assumir esses compromissos. Que se diga francamente o que não é aceitável; o que não dá para se manter no projeto, que se ponha na mesa, porque nós negociamos, nunca nos recusamos a negociar. E, evidentemente, que por isso mesmo o projeto surge, em 2005,

com provocações, algumas das quais o próprio tempo, em todos os sentidos, inclusive no sentido espiritual, cuidou de resolver. Propomos a Sepromi no projeto de lei e ela foi efetivada por conquista e construção do Movimento Negro, não foi concessão de um intermédio qualquer. Ela foi construída na trincheira cotidiana da luta popular, da luta pela superação do racismo protagonizada pela comunidade negra.

Propusemos pioneiramente intervenções contra a anemia falciforme que estão sendo implementadas a partir de políticas de saúde também construídas e gerenciadas pela militância negra. Óbvio que esses aspectos devem ser atualizados, ajustados, adequados a uma conjuntura nova quatro anos depois da proposição inicial do atual projeto de lei.

Ora, para isso é necessário apontar perspectivas concretas. E eu sugiro que o Poder Legislativo baiano tome como perspectiva a referência no âmbito federal que quando para atualizar um projeto encontrava alguns limites constituiu uma comissão em interface com o movimento social para realizar algumas audiências públicas para auscultar e atualizar as demandas e elaborar um substitutivo que possa, tendo o envolvimento e o comprometimento da Maioria e da Minoria, vir o mais rapidamente a plenário para ser aprovado.

Acho que não há outro caminho, deputada Fátima Nunes, deputados Yulo e Ivo de Assis. Aliás, quero registrar o prazer de tê-los aqui como interlocutores para que a crítica genérica não se estenda injustamente a vocês. E não há outro caminho. É preciso avançar para colocar um processo de desfecho concreto a esse imbróglio que se arrasta por quatro anos.

Eu não aceitarei nenhum outro convite para voltar a uma sessão especial para discutir o Projeto de Lei nº.14.692 (Palmas) Acho inaceitável que nós voltemos a esta Casa para figurarmos, mais uma vez, como uma plateia para um reduzido número de deputados e para reiterar as discussões, as formulações, que temos apresentado há 30 anos.

Então penso que o Poder Legislativo baiano deve concretizar a sua disposição manifestada pela corajosa atitude que os deputados Bira Corôa e Fátima Nunes fizeram na sessão anterior, que os deputados Ivo de Assis e Yulo que aqui se encontram que é o de aprovar esse projeto. Coloquem o que vocês são contra. Indiquem o que é inaceitável. Negociemos. Mas saiamos daqui com uma lei regulando os avanços que estão sendo construídos cotidianamente nas trincheiras da luta antirracista.

Quero aproveitar também – não é o fórum apropriado, mas eu não perderei a oportunidade – para fazer uma provocação e uma cobrança. Eu me sinto mais à vontade ainda para fazer isso pelo perfil dos interlocutores que se encontram aqui. São três companheiros, amigos, parceiros da luta popular e da luta antirracista, eles são os vereadores de Salvador: Moisés Rocha, a quem eu saúdo cumprimentando afetuosamente, Gilmar Santiago, a quem estendo o cumprimento afetuosamente e Carballal, a quem também cumprimento com a mesma distinção.

A Câmara Municipal do Salvador nos deve o Estatuto Municipal da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa. (Palmas) Não podemos tolerar que uma cidade como Salvador que tem hoje uma bancada negra expressiva espere isso por mais tempo. O que devemos esperar? O que falta para que este debate seja proposto, estabelecido e avancemos para criar, também, em Salvador o marco regulador?

Isso efetivaria como política de estado que hoje está ameaçada pelas instabilidades do governo municipal que, atualmente, reeleito pela vontade popular, coordena os destinos desta cidade. Então, penso que é um dever de vocês como representantes do povo negro de Salvador pautar, imediatamente, este debate. Não há dono. Esse tipo de proposta não tem autoria. Isso tem de ser construído coletivamente. Todos os partidos de Oposição e Situação devem ser engajados a fim de viabilizar um desfecho satisfatório.

Quero, por fim, mais uma vez, reiterar o que disse há mais de dois anos. Para mim, há uma máxima de ordem filosófica, política e ética mantida pela tradição dos terreiros de candomblé. Deputado Ivo de Assis, isso precisa ser tratado especificamente, porque há uma intolerância religiosa específica voltada contra as religiões de matizes africanas. E elas não se dissociam do racismo, embora, lamentavelmente, muitas vezes, agentes negros alienados operem essas políticas discriminatórias que tentam não apenas concorrer e competir religiosamente. Quanto a isso, não há nenhum problema até porque o candomblé não faz proselitismo. O problema é que tentam destruir, desqualificar e negar a possibilidade de existência de uma legítima expressão de religiosidade que guarda o que temos de mais profundo em termos de legados civilizatórios. (Muitas palmas) Portanto, o estatuto tem de tratar, sim, desta temática.

Mas eu queria, como disse, encerrar reparando aquilo que é uma divisa, um lema, uma máxima orientadora de minha vida - eu o aprendi nos terreiros de candomblé e não há universidade melhor! O lema diz: *“Quem dorme com os olhos dos outros não acorda à hora que quer.”*

Precisamos, cada vez mais, dormir com os nossos olhos e ter mesas diretoras e ter secretários de estado como aqui estamos muito bem representados por dois qualificados dirigentes deste Estado. Que eles nos façam sentir orgulho, alegria, esperança e certeza de que o que estamos fazendo não é em vão. Estamos com o poder transformador de Exu, com a firmeza da rocha de Xangô que nos ampara e nos promete justiça para operar todas as transformações que esta sociedade exige. (Muitas palmas)

Axé (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigado, companheiro.

Saúdo a nossa Comunidade de Betânia que já está ali para apresentar a sua música.

Após a apresentação musical, ouviremos os quatro últimos oradores. Esta é uma sessão um pouco extensa, mas ela é muito importante para nós e para os trabalhos futuros como disse o Dr. Samuel Vida. Pode ser esta a última sessão especial para o debate, mas teremos muitas outras para comemorar a aprovação, a homologação e a implementação dessas políticas públicas para a nossa população negra.

Ouviremos agora a apresentação musical.

(O grupo procede à apresentação musical.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Vamos ouvir o presidente da Comissão de Promoção da Igualdade, deputado Bira Corôa. Antes de ele ir à tribuna da Casa, quero passar às suas mãos este livro, várias escritas que são resultado do trabalho que

foi feito no ano passado na Comissão da Promoção da Igualdade, quando eu a estava presidindo.

Quero dizer que o deputado Bira Corôa era o presidente, antes da minha presidência e, no período em que fiquei, recebi essas contribuições. Portanto, passo às mãos do deputado Bira Corôa, porque tenho certeza de que, junto com os demais deputados e toda esta Mesa que veio a esta sessão hoje, comporão uma grande comissão para tratar de enxugar um pouco os artigos que às vezes não competem mais e incluir outros que são necessários. Em breve, teremos aqui aprovado na Assembleia Legislativa esse Estatuto da Promoção da Igualdade. É mais trabalho para o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Boa-tarde, quase noite a todas e a todos, quero saudar a Mesa em nome da deputada Fátima Nunes, responsável pela condução deste ato e pela proposição dele.

Fátima, deputada, colega de jornada intensa no movimento e que, no ano passado, no início do ano, assumiu uma responsabilidade muito grande, que foi essa comissão, já que na Bancada do PT nós discutíamos a necessidade de eu assumir a Comissão de Educação, e Fátima ficou com a tarefa de assumir essa comissão e quero aproveitar, em público, para agradecer-lhe pela dedicação, pelo compromisso, pela responsabilidade e, acima de tudo, pelo espírito guerreiro que ela teve, de mulher, mas acima de tudo, de mulher de luta, conduzindo essa comissão.

Quero saudar todas as mulheres aqui presentes, em nome da secretária Luísa Bairos; todos os presentes nesta Mesa, em nome do deputado Valmir Assunção, hoje, secretário de governo, companheiro de luta, companheiro do Partido dos Trabalhadores, deputado que nesta Casa teve o compromisso de encaminhar para apreciação e possível votação esse projeto de lei tão importante, elemento de um instrumento de valorização, respeito e auto-estima nossa como negros, como discriminados.

Ao saudar todos os deputados presentes, chamo a atenção para dois pontos. Primeiro, quero apenas complementar o que já foi dito aqui por vários oradores que me antecederam em relação ao que ocorreu no STF entre o ministro Joaquim e o presidente Gilmar. Quero apenas ressaltar a ação de isolamento e de desrespeito à maior representação negra naquele Poder. Isso ficou muito claro não apenas no debate, na discussão, no confronto, como também na ação posterior.

Almiro, depois da sessão, após a saída de Joaquim, todos se reuniram e tiraram um documento de apoio a Gilmar Mendes. Hoje pela manhã vários pronunciamentos indicavam qual será a ação do Supremo de agora em diante. Claramente foi dito que ele será isolado em todos os processos de votação. A sociedade não pode permitir isso.

É por isso que essa moção, nobre presidente, tirada hoje neste ato não pode ser apenas um documento a ser encaminhado ao Supremo Tribunal. Tem de ser uma demonstração da representatividade desta Casa, de todos os parlamentares e também da sociedade civil organizada da Bahia. É assim que vamos fazer valer o direito e a voz do povo baiano e brasileiro numa situação que não é apenas um confronto entre instância de um Poder. Com certeza, não somos representados e atendidos nessa linha que está sendo estabelecida.

Então, reafirmo a importância de termos Joaquim Barbosa nos representando

naquele Poder, mesmo sendo o único. Mas é necessário para fazer valer os nossos direitos e a nossa voz, como aqui foi dito por todos.

Em relação ao Estatuto da Igualdade Racial, que se arrasta por quase 5 anos nesta Casa, quero apenas complementar que foi um compromisso da comissão a partir de 2007, e muito bem foi assumido em 2008. Mas não podemos arrastar esse processo por mais 1, 2 anos.

No ano passado, durante a comemoração do Dia da África, com a visita e a participação de três embaixadores e três parlamentares africanos, tivemos uma audiência com o governador Jaques Wagner. Ele se comprometeu, se esta Casa aprovar esse Estatuto, a sancionar essa lei no dia 20 de novembro. Na audiência aqui citada por Samuel Vida, tiramos uma comissão para conduzir o processo para assegurar que este ano, no dia 20 de novembro, tenhamos essa lei aprovada nesta Casa e sancionada pelo governador. Será uma conquista que colocará a Bahia em destaque no cenário nacional, pois terá cumprido o seu papel.

Quero ainda concordar com a colocação feita por Samuel, ou seja, não podemos empurrar a votação desse projeto por mais 1 ano. Temos de sair desse processo. É preciso concluir até o final deste primeiro semestre as possíveis emendas, com os acordos entre as partes, para que, no início do próximo semestre, possamos trazer essa matéria a votação nesta Casa e garantindo a aprovação dela, para, de fato, poder, em 20 de novembro, consolidá-la com a ação do governo do Estado. Mas é necessário que a gente tenha esse compromisso e não gaste mais esse pouco tempo que ainda nos resta sem objetividade e sem conclusão dessas possíveis emendas.

Há uma preocupação muito clara, e, vamos, mais uma vez, pontuar, que, por mais disposição que a gente tenha dos pares da Casa, temos consciência de que poucos têm compromisso construído a partir da militância e da luta e de que muitos poderão contribuir com essa aprovação, mas vai depender muito da participação popular e da ação, principalmente da sociedade civil organizada e da manifestação do interesses de todos nós.

É por isso que a gente não pode trazer a esta Casa mais uma sessão especial – noque concordo plenamente com você, Samuel Vida – apenas para apresentar de novo o debate, a discussão com relação ao Estatuto da Promoção da Igualdade Racial. Precisamos, sim, consolidar, a partir das emendas, o que contempla, que mudanças são necessárias no projeto original, qual a adequação que contempla a todos e, consequentemente, trazer a esta Casa para o processo natural de tramitação e votação nas comissões. Há até uma perspectiva de que isso seja conseguido a partir de uma negociação entre as Bancada da Situação e da Oposição para a dispensa de formalidades a fim de que a gente possa garantir, de fato, que esse projeto tramite no mínimo tempo possível nesta Casa e que seja aprovado. Mas é necessário o compromisso e a responsabilidade de todos. Não dá para depositar a responsabilidade apenas na comissão ou acreditar que um ou outro deputado, ou uma ou outra deputada, por si só, vai conseguir conduzir essa matéria nesta Casa.

Por isso, queria aproveitar a ocasião, nobre deputada Fátima Nunes, para receber o relatório que V. Ex^a nos apresenta, com todo o fruto do trabalho desenvolvido ao longo de um ano, e, mais uma vez, dizer que essa comissão não vai conseguir avançar muito mais do que que avançou, se todos não assumirem a sua parcela de

compromisso e de responsabilidade.

Queremos saudar a todos e, mais uma vez, por-nos à disposição para que, em 20 de novembro, a gente não esteja, de novo, acreditando apenas na possibilidade de aprovar essa matéria-lei, mas, sim, de estar comemorando a sanção dela. (Palmas!)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, deputado Bira Corôa.

E só para informar a todos que esta sessão especial tem algo de especial mesmo, por duas razões: uma pelo aniversário do descobrimento do Brasil, ontem, sobre o que cada um tem uma visão sobre isso, o que é natural e normal, e outra pelo fato de a sessão está sendo acompanhada também por muitos internautas. E, como vocês sabem, muitos temas são tratados nesta Casa e, às vezes, por falta de comunicação, muitos cidadãos baianos têm dificuldade de conhecê-los mais profundamente.

Talvez hoje seja, para alguns que moram nos municípios mais distantes e pelo fato da gente ter mandado convite para as Câmaras e dito que a sessão estava sendo transmitida ao vivo pela Internet, a primeira vez que alguns deputados da Bahia saibam que a gente já vem, há um tempo, tratando disso e que muitos também tiveram a oportunidade, como o grupo de Entre Rios, de Betânia – e outros já têm acesso porque moram mais perto, em Cipó, por exemplo – de adentrar-se nesta Casa, porque ela, em tempos passados, não era para todo o mundo, embora sempre tenha sido a Casa da cidadania. Mas alguns como nós tínhamos dificuldade de acesso a ela, então é essa integração também que a gente celebra neste momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Temos ainda, para fazer uso da palavra, mais três oradores, e queria passar a palavra agora ao representante da Secretaria de Reparação Municipal de Salvador, Ailton Ferreira.

O Sr. AÍLTON FERREIRA:- Quero cumprimentar a deputada Fátima Nunes, que preside a comissão e a Mesa e na pessoa de quem cumprimento, oficialmente, a todos e todas que fazem parte da Mesa. E digo oficialmente, porque não posso deixar de fazer um comentário sobre ela, o que Samuel também já fez.

Quero até sugerir a Jorge Portugal, não sei se ele pode me ajudar, que, na próxima, observasse a ordem alfabética, porque Aílton falar depois de Jorge, de Vilma e de Samuel, é complicado.

Quero cumprimentar a todos os presentes e, como Samuel, é a segunda vez que eu participo de um evento com o mesmo objetivo. Quando eu falava da Mesa é porque eu recebi um papel que Valdo elaborou e nos deu para fazermos uma avaliação de quem fala e de que lugar fala. Achei legal, ali tem o nome de Zulu, de todo mundo, e eu estava olhando esse papel com os nomes das pessoas e pensando como é diferente esta Mesa. Como esta Mesa deveria ser o exemplo de nossas mesas diretoras, principalmente em Salvador, que é a cidade de onde falo e falo em nome da Secretaria da Reparação, faço duas representações aqui, a secretária Maria Alice e o prefeito João Henrique.

Lamentavelmente, nas nossas mesas diretoras em Salvador, não falo só de cor, não. Estou falando de história de vida das pessoas. Cor como uma qualidade fundamental, mas também de onde essas pessoas falam. E eu conheço todas que estão aqui. Lembrei-me de quando tomei posse no primeiro governo de João Henrique, na

Subsecretaria de Descentralização e, no momento da posse, os funcionários todos vão cumprimentá-lo, e eu convidei todos para uma conversa. Eis que D. Arlinda, da copa, minha grande amiga, preta igual a minha mãe, igual a mim, lá da Mangueira I, perto da Ribeira, chegou para mim e disse: Dr. Aílton, o senhor não sabe como estou alegre, porque o senhor veio para cá. E eu lhe perguntei: Por que, D. Arlinda? Ela olhou e me disse: É preciso dizer?

Essa reflexão de D. Arlinda e a reflexão que estou fazendo agora sobre esta Mesa, quando eu vejo minha amiga e irmã do meu terreiro da casa de Oxumarê, que é de onde falo também; Luciene, que conheci no projeto Compa(?), da Steve Biko; quando eu vejo essa menina-mulher da pele preta, Vilma Reis, que eu via no grêmio do Colégio Central fazendo muito barulho; o Dr. Samuel Vida, conhecido no Brasil inteiro, referência ética, intelectual importantíssima, e eu sei que ele fala de São Marcos, de Pau da Lima, que eu vi menino pobre andando de ônibus; Almiro, conheci o seu pai com um pequeno comércio na Praça da Sé, filhos de pretas do candomblé; Bira Corôa que eu conheci depois através de Gilmar; Gilmar que eu conheço do Bom Juá quando eu estava na Associação da Fazenda Grande e vejo porque é que Bira está aqui e porque ele fala e de que lugar ele fala; Luíza Bairro, e eu me lembro das reuniões lá na Rua do Paraíso, numa casa emprestada, quando o movimento negro ainda era chamado de um bando de loucos com mania de “complexo de inferioridade” e que via coisa que não existia, e como você viu coisas e como você me ensinou a ver coisas; o meu companheiro lá de Brasília, já nos conhecíamos com a ministra Matilde. - E nesta semana eu ouvi uma pessoa falando no rádio uma coisa tão ruim, tão injusta. Alguém dizia assim: Para que reparação, para que Sepromi? Para que esse negócio de Sepir? Fez um comentário infeliz, e ele sabe por quê, ele sabe de onde está falando e nós sabemos de onde nós falamos. - O nosso companheiro Valmir Assunção, dispensável fazer a referência, Líder do MST; a nossa amiga Steve Biko; o menino de Santo Amaro, que hoje é cidadão de Salvador e do nosso deputado Bassuma. Estava aqui Zulu, que me convidou para fazer parte de DA de Ciências Sociais da UFBA, nos anos 80. Eu entrando como calouro e Zulu me convidando para fazer parte do DA; deputada Fátima Nunes, que preside essa Mesa, estou dizendo isso para a gente aqui pensar como será boa esta sociedade no dia que a gente tiver gente assim tomando conta do Estado, da economia deste País, das empresas deste País, do sistema de comunicação deste País. (Palmas.)

Para finalizar, como manda o protocolo, não sei se a deputada Fátima Nunes lembra, mas fui ajudar a sua campanha em 90, em sua terra natal, e as freiras confeccionavam as camisas para depois vender, porque ela andava de ônibus, de sandália havaiana, e o povo vendia coisas para fazer a campanha da deputada. Aí, nós sabemos porque a senhora está aqui, o que está fazendo, porque está fazendo e de onde a senhora fala.

E é dessa Mesa, daqui deste lugar, desta tribuna pouco usada por pessoas da minha cor e da minha origem, que estou falando em nome da prefeitura, em nome da Secretaria da Reparação. Mas primeiro já entendendo que se não fosse o Movimento Negro, eu não seria sub-secretário, porque não haveria Secretaria da Reparação. Então, não falo de uma Secretaria da Fazenda, que veio no barco junto com Tomé de Souza. Quando falo em barco, Amilton, não é o nosso barco sagrado, falo da nau portuguesa.

Marco Rezende não é o nosso barco, é o outro, dos colonizadores. Falo de uma secretaria que só existe, só é possível porque tem o Movimento Negro, do conselho que Vilma faz parte, porque tem.

E quando algumas pessoas dizem assim: mas a secretaria não pode ser pautada pelo movimento, temos que ter um planejamento estratégico de governo... Eu digo assim: gente, se não tivesse o povo negro na rua, não tinha Secretaria de Reparação. Então, baixa a bola, porque os planejamentos de gabinete, vocês que estão no poder o tempo todo fizeram a vida toda e não resolveu. O que resultou foi menino da minha cor fechando vidro de janela correndo, enquanto outros meninos, dentro do carro, se sentindo mais europeus do que baianos, ficam assustados diante do que se vê.

A elite que vê o Brasil que não aceita como ele é e que não se gosta quando se olha no espelho. É por isso que a Secretaria da Reparação tem que expor as vísceras da sociedade e isso, às vezes, assusta o gestor, até porque viemos de uma tradição de governar onde incomodar o governante não é coisa boa, não é agradável. Secretário bom é o que não leva trabalho. Luiza Barros sabe disso. Secretária boa é a que diz: está tudo bem, está tudo resolvido, a gente já deu um cala a boca lá e já resolveu.

A reparação não, porque é uma dívida muito grande. E a nossa secretaria tem a legitimidade, enquanto o povo estiver vigilante, ativo, como disse Samuel, para que a gente possa transformar as propostas em propostas de Estado e que um governante qualquer das circunstâncias não resolva acabar.

Então, a Secretaria da Reparação foi criada em 2003. Por quê? Por favor? Não, por pressão, e principalmente pela inspiração da Conferência da África do Sul. Aí, eu estava ouvindo esta semana uma pessoa dizendo assim: não sei para que SEMU, não sei para que SEPROMI, não sei para que SEPI. Eles não sabem, mas nós que temos as cotas do desemprego oficial, sabemos. Nós, que temos as cotas, não é Amílton Borges, da maioria absoluta, deputado Ivo, no presídio, a gente sabe para que SEMU, para que conselho, a gente sabe o que significa MNU, a gente sabe o que significa os movimentos negros, todos eles que vêm de lá da frente negra até a mídia étnica, nosso menino novinho, passando pelo SEM, que é outro menino novinho, mas a gente sabe o que isso significa para a gente.

A gente sabe o que significa dizer que tem cabelo bom ou cabelo ruim. O estoriador Carbalhal, que não citei, mas que foi colega do meu irmão no Duque de Caxias, na Liberdade, pongando ônibus, que eu sei; Moisés, que não citei, mas que estava hoje no Brasil profundo.

Deputada, a senhora falou de uma coisa interessante no dia de hoje, mas há dois dados importantes: um é que é o Dia de São Jorge.

Eu estava, hoje, na Cidade Baixa com Moisés Rocha, com o Brasil profundo, que Brizola chamava de “comendo feijão”, não foi Moisés Rocha? E a gente conhece esse Brasil profundo, e o outro é de uma invisibilidade estúpida.

Hoje é a data de nascimento de Pixinguinha. Todo mundo canta *Carinhoso*, Vanda Machado me ensinou isso, mas ninguém lembra que ele é preto. Quem não sabe: “Meu coração, não sei por quê, bate feliz...” Todo mundo canta, mas a gente não associa. A mídia, de quem Luciene falou para a gente nesse instante, não mostra a beleza desse mestre musical com a cor, não associa. Associa é quando mostra menino preto cheio de bala no horário de meio-dia para nossos filhos assistirem. O que Anísio

Sena, com o nosso povo, está lutando para tirar... Eu não posso nem fazer esse discurso, porque não é oficial.

Esta semana, na conferência, uma pessoa disse: “Não deve ser fácil para você, não é? Você tem que estar lá e estar aqui com a gente.” Porque eu estava na conferência, e ao mesmo tempo que eu estava na Mesa, como governo, eu estava com a legitimidade. É essa a diferença da reparação, a legitimidade de pertencer ao movimento negro, que é responsável por eu estar aqui.

E hoje, depois da conferência, nós temos já, Samuel, os vereadores aqui presentes, já temos subsídios, além do que já temos produzido, com o resultado da conferência. O documento que nós construímos com o movimento negro, com mais de 300 pessoas, durante os dias 14,15 e 16 de abril, no Centro de Convenções, é uma coisa importantíssima. E algumas pessoas dizem assim: “Mas vocês, negros, não sabem fazer consenso! Não constroem pactos!”

Eu me lembro que uma vez eu estava conversando com o ministro Cristovam Buarque e ele disse assim: “Me convença e diga que há um consenso, para eu defender as cotas, porque eu já estou a favor, mas preciso que você me demonstre que a sociedade...”

E eu digo: a sociedade brasileira não faz consenso. Se eu pegar aqui, agora, uma caneta e perguntar o que fazer com ela, cada um vai dizer uma coisa diferente, mas pensam que a gente não pensa e pensam que a gente é homogêneo, ou é um sabão batido na água, que eu tenho que pensar exatamente igual a Luiza Bairros. Se eu não pensar igual a Luiza Bairros, eles falam assim: “Olha como eles estão divididos.” Mas eles lá, os racistas, também se dividem o tempo todo, mas não dizem isso.

Então, nós, ao contrário do que dizem por aí, construímos consenso. E a conferência produziu um documento resultado de consenso com todas as correntes, com várias religiões, com evangélicos, cristãos, reivindicando lá serem também de matriz africana.

E uma das coisas que nós construímos foi estratégico para nós, proposta do professor Jaime Sodré: Negro não agride negro. Vamos fazer um pacto ético, étnico. Nós não podemos nos agredir. É nisso que muita gente aposta.

E para finalizar, porque o apito tocou duas vezes, quero dizer que a reparação está à disposição nos limites que nós temos, inclusive orçamentário, mas com gente boa, comprometida, capaz, querendo ajudar muito. E as portas estão abertas para que o movimento negro possa nos ajudar a pautar as políticas da reparação e a fazer dessas políticas as políticas das outras secretarias, porque não adianta ter o Gueto da Reparação se a gente não conseguir introduzir as nossas aspirações, as nossas contribuições nas outras secretarias.

E dizer-lhes que a minha tarefa não terminou e não vai terminar nunca. E a nossa tarefa, de negros e negras, não termina quando a gente entra na faculdade, nem termina quando a gente ocupa o salão de poder. A nossa tarefa só estará completa quando a gente puder botar toda a negrada no salão de poder e dentro da universidade. Abrir a porta com uma mão e segurar com a outra, para que mais negros possam ocupar o poder.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Aílton. Eu quase ia

pedir-lhe para concluir, mas o tempo foi suficiente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Eu queria registrar ainda a presença de Hanka Nogueira, da Superintendência de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Lauro de Freitas; José Ramalho, ex-vereador de Aramarí; José Rui, presidente do Sindicato de Quijingue; do representante do Fórum Baiano da Juventude Negra; da ASFAP - Associação de Familiares e Amigos de Presos da Bahia; e Marcílio Rosa, do Axé Ambafá de Ogum.

Nós temos mais três oradores.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, o deputado Valmir Assunção, autor do projeto de lei.

O Sr. VALMIR ASSUNÇÃO:- Em primeiro lugar, quero saudar a deputada Fátima Nunes, presidente e proponente desta sessão especial; o deputado estadual Bira Corôa, presidente da comissão e que tem a responsabilidade de trabalhar nos próximos períodos para que se permita a aprovação desse projeto de lei; a minha companheira, amiga, secretária de estado, Luísa Bairos, que representa o governador do Estado; os demais da Mesa. Eu tinha preparado uma fala, mas como o tempo está um pouco curto eu vou tentar ser breve. Sei que quem me ajudou a prepará-la vai reclamar depois porque não falei o que estava escrito.

Eu estou acompanhando todo esse debate e muito contente de estar neste momento aqui hoje, por dois grandes motivos. Primeiro, foi por ser deputado estadual e ter uma equipe coordenada por Dr. Samuel Vida, professor, cidadão respeitado neste Estado e que me honrou quando construiu, junto com o movimento negro, esse projeto de lei que eu tive a responsabilidade de assinar enquanto deputado estadual. Isso me faz hoje estar aqui dialogando e agradecendo essa oportunidade a todos e todas que ajudaram a construir, porque isso é um patrimônio de todas as pessoas que lutam para ser respeitadas nesta cidade, neste Estado e neste país, que é um país desigual, um país em que nós que somos negros sabemos o preço que pagamos à sociedade.

Eu digo isso hoje porque, tempos atrás, eu achava que a luta de classe, simplesmente, por si só resolveria todos os problemas. Hoje, eu tenho a convicção de que não resolve todos os problemas existentes na nossa sociedade.

O debate que está na nossa sociedade, entre dois ministros, um negro e outro branco, na Suprema Corte brasileira, reflete muito isso. Quem assistiu a esse debate na televisão viu também a posição do ministro Gilmar Mendes com relação aos sem-terra, quando houve um confronto em Pernambuco, onde alguns pistoleiros foram mortos e não sabemos por quem, imediatamente, ele foi à televisão dizer que aquilo era inaceitável. Que todos, do movimento dos sem-terra, deveriam ser punidos por isso, antes de haver uma investigação, uma comprovação. Ontem, se não me engano, a televisão mostrou, no Pará, os pistoleiros atirando contra os sem-terra, e o ministro Gilmar Mendes não foi à televisão dizer que os pistoleiros estavam errados.

A imprensa, de modo geral, dizia que os sem-terra é que estavam causando a violência. Vejam a situação que nós vivemos hoje no país. Em seguida, vem todo aquele debate, que já foi colocado aqui por Vilma, Bira, Yulo.

Então, é importante compreendermos que essas questões de classe social por si só não resolvem. Ou simplesmente porque se chega a uma secretaria de estado, como hoje, eu estou secretário de estado, e se achar que os problemas estão resolvidos. Não estão não. A solução do nosso povo pobre e negro deste Brasil se resolve é na luta, na rua, colocando a nossa força e cada vez mais nos organizando para ter respeitados os direitos na sociedade. Não existe outro caminho, não!

Samuel, estou feliz porque esse projeto de lei, que foi apresentado em 2005, tem pontos que já estão sendo cumpridos, tendo em vista que foram absorvidos pelo governo do Estado. Isso é importante porque mostra que, independentemente da legislação, o movimento social negro deste Estado, na luta do dia a dia, vai fazendo com que o seu sonho se concretize e seja incorporado pelos poderes públicos estaduais.

Mas só isso ainda não resolve. Tem de se tornar uma política pública de Estado, com a qual cada ente federativo tenha a sua responsabilidade e a sociedade possa controlar essa política. É isso que estamos discutindo, é isso que temos de construir neste próximo período.

Estou feliz porque estamos dando um passo significativo. Temos, em termos de transformação, dois grandes caminhos: um, é tomar o poder de qualquer forma; o outro, é construir esse poder. E a construção desse poder começa pela conscientização da nossa população do papel dela, enquanto cidadãos e cidadãs, nesta sociedade.

Temos que ter políticas de reparação, mas não simplesmente políticas emergenciais. Temos um Estado que tem 1 milhão e 400 mil famílias no Bolsa Família. Isso significa quase a metade dos baianos. E essa população é pobre. Se você pegar o extrato dessas famílias, todas são negros. São os negros que recebem o Bolsa Família. Então, os negros são os pobres.

Aí você vem para um espaço de poder como esta Assembleia Legislativa e vê 63 deputados – que são as autoridades que decidem, do ponto de vista legislativo, os rumos do nosso Estado –, quantos negros temos aqui? Quantas mulheres temos aqui? Meia dúzia, no máximo. É uma realidade dura e cruel!

Agora, isso tem que servir a todos nós como força e estímulo para avançarmos cada vez mais. E não há como negar: as políticas que o presidente Lula e o governador Jaques Wagner têm feito no País e no Estado nos ajudam a avançar. Isso é importante. São avanços, sim, mas temos de dar um passo mais largo ainda. Porque, se formos nesse passo, vamos levar muitos e muitos anos para chegar à igualdade que sonhamos, a que acreditamos que é possível construir.

Aproveito para saudar três vereadores de Salvador que estão presentes: Gilmar, que é um companheiro nosso que está à frente dessa luta; Carballal e Moisés. São parlamentares desta capital que têm trabalhado muito para diminuir essa desigualdade, traçando a questão racial como ponto fundamental.

Pois bem, acho que temos de estabelecer nessa comissão, presidente Bira Corôa, um cronograma neste próximo período. Sabemos como funciona o Parlamento, então, se deixarmos, chegaremos ao dia 20 de novembro sem a aprovação neste Plenário.

É preciso estabelecermos um cronograma, junto com o movimento social, com os Líderes da Maioria e da Minoria desta Casa, com a Comissão de Constituição e Justiça, que nos permita assumir um compromisso com a sociedade a respeito da data

em que vai ser aprovado, para que no dia 20 de novembro seja sancionado pelo governador do Estado. E a partir daí, com um marco legal, todo o povo negro, todos os movimentos sociais poderão controlar essa política e, ao mesmo tempo, cobrar a sua execução. Enfim, é um passo fundamental para a libertação do nosso povo negro. (Palmas.)

Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, secretário Valmir.

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Vamos passar a palavra agora ao deputado Bassuma, e depois só restarão mais dois oradores.

A sessão é um pouco extensa, mas de muita riqueza, muita contribuição. Com certeza, em breve festejaremos...

O Sr. LUIZ BASSUMA:- Muito boa tarde a todas e a todos que até agora, 18h30min, heroicamente permanecem neste Plenário. Quero saudar a minha companheira e amiga, mulher corajosa, deputada Fátima Nunes, por esse grande empreendimento.

Fátima, em razão do adiantado da hora, só vou deixar dois pensamentos para enriquecer minha passagem por aqui.

Quero dizer a você e a todos que aqui estão que as coisas estão melhorando, devagar, mas estão. Já que a sessão trata da luta pela igualdade racial e do combate à intolerância religiosa, há 600 anos, na França, Joana D'Arc, uma jovem mulher de 19 anos, foi queimada viva, porque, simplesmente, resolveu assumir publicamente que ouvia vozes de espíritos. Há exatamente 61 anos, uma das mortes mais marcantes do século XX, que teve a ver fundamentalmente com a evolução marcante dessa luta, foi a de Martin Luther King. É evidente que hoje, no mundo, acredito, não há mais espaço para que pessoas sejam assassinadas pelo poder constituído ou não, porque defendem essas ideias. Martin Luther King – e sempre gosto de repetir esse pensamento tão conhecido dele e vou deixá-lo como minha contribuição – disse, naquele célebre discurso da Marcha dos 100 mil, em Washington, que o sonho dele era um dia poder assistir, em seu país, a meninos e meninas brancas podendo dar as mãos fraternalmente a meninos e meninas negras, porque todos estariam vivendo em um País onde não mais seriam julgados pela cor da sua pele, mas, sim, pelo conteúdo do seu caráter. Esses dois casos que escolhi para citar, o de Joana D'Arc e o de Luther King – têm a mesma causa: a ignorância espiritual. Mede-se uma sociedade que ainda é intolerante do ponto de vista religioso ou que ainda alimenta o preconceito racial pelo mesmo motivo: ignorância espiritual. Não estou falando de religião.

Somos todos espíritos sem cor, sem sexo, e, provisoriamente, alguns têm a pele branca e outros a pele mais escura ou menos escura, mais amarela ou menos amarela, mas isso é fruto de uma sociedade que ainda está engatinhando no reconhecimento da sua real condição.

Para encerrar, Fátima, não poderia deixar de dizer que ainda estamos num mundo violento, com todas as formas possíveis de violência. O preconceito racial é uma dessas formas, a intolerância religiosa também o é. Vou deixar, para ir embora, o pensamento da última personagem que é o foco da minha vida, e tu sabes, à qual dedico toda a minha energia e prioridade neste momento da minha vida, nos últimos 5 anos,

que é a Madre Tereza de Calcutá. Esse espírito de luz que viveu entre nós, que era uma mulher, mas poderia ser um homem; que era branca, mas poderia ser negra disse: “Não haverá paz neste mundo enquanto existir o aborto, porque se trata de uma guerra contra crianças. Enquanto uma sociedade entender como natural os próprios pais matarem seus filhos, essa sociedade nunca poderá pedir às outras pessoas que também não se matem. São 50 milhões de crianças assassinadas todos os anos no mundo por meio do do aborto.”

Essa é a luta a que dedico minha vida neste momento e por ela estou disposto a pagar qualquer preço, até a expulsão do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

Parabéns, Fátima, parabéns a todos que vieram aqui hoje.

Muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):-Obrigada deputado Luiz Bassuma.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao Sr. Benedito Cintra, assessor especial do ministro Edson Santos.

O Sr. BENEDITO CINTRA:- Exm^a Sr^a Presidente da Mesa, deputada Fátima Nunes, em nome de quem cumprimento os demais integrantes, os Srs. Deputados Bira Cora, Valmir Assunção, Bassuma; senhores vereadores presentes no Plenário; lideranças comunitárias; gestores municipais e estaduais; gostaria de dizer a todos que represento neste momento o ministro Edson Santos. Ele gostaria de estar presente neste debate, mas se encontra, também, numa tarefa da mais alta importância em Genebra, Suíça, cumprindo a função de coordenação da nossa delegação presente na conferência que busca fazer a revisão dos procedimentos adotados na 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo de Durban.

Penso que foi mais fácil para o sistema ONU e para os países realizarem a 3ª conferência- e tê-la realizado em 2001- do que proceder à revisão. O problema se refere a que a ONU já havia na década de 70 tomado a posição de introduzir simbolicamente, depois como prática, as décadas mundiais de combate ao racismo. A conferência de Durban então encerraria a terceira década.

O problema é que ao término da Conferência de Durban em 2001, com os atentados de 11 de setembro em 2001 nos Estados Unidos e com a emergência de uma crise que se anuncia como uma das maiores do sistema capitalista, essa conferência de revisão ganha importância porque os países, os blocos econômicos, começam a tomar medidas no sentido de levantar os seus muros, as suas barreiras, no sentido de preservar os próprios interesses, inclusive alguns abertamente proíbem aquele sistema legal e migratório de funcionar, como adequadamente deveria, no sistema de relacionamento amigável entre as nações. É o caso da França, Alemanha, Espanha, no qual o agente tem buscado mitigar os contenciosos.

Então, é por esse motivo que o o ministro não se encontra. Mas devo dizer a vocês que é pouca a importância dessa conferência de revisão de Durban, talvez o mundo tenha avançado, com relação ao combate ao racismo, discriminação, intolerância e xenofobia. Podemos afirmar aos senhores e senhoras que essa não é uma tarefa fácil, talvez seja uma das mais difíceis que a humanidade enfrenta.

Não existe um único país no mundo que não enfrente o problema étnico,

nacional, religioso ou racial, todos, sem exceção, enfrentam essa cota de problemas. Posso citar exemplos de grandes países como Canadá, problemas linguísticos nacionais. A Rússia com 120 etnias, podemos pegar os países africanos, como podemos pegar o nosso Brasil com uma população de 180 milhões de habitantes, e falamos pelo menos 181 idiomas, com 180 indígenas, com 220 etnias, e falamos português.

Então são problemas que a humanidade enfrenta. Para dar um dado a vocês, o tamanho dessa tarefa para a humanidade ou o gigantismo dessa tarefa, coloco um desafio. Se a humanidade quisesse incluir a população africana, o continente africano, mais os negros que se encontram fora da África, teríamos que incluir nesse sistema do desenvolvimento aproximadamente 1 bilhão e 300 ou 1 bilhão e 500 milhões de seres humanos.

Isso indica que não é uma tarefa fácil, não é a tarefa de um governo, de um sistema de segurança, de um partido político ou de organizações. É uma tarefa gigantesca de todos nós. O mesmo se coloca aqui no Brasil se quisermos construir um sistema reparatório deixado pela escravidão e dar início à inclusão de 90 a 100 milhões de negros no Brasil, temos que imaginar que temos que construir aqui um sistema de corresponsabilidade entre os poderes, entre os entes federativos, entre os partidos políticos que almejam o aprofundamento da nossa democracia, entre a parte sadia e antirracista da sociedade brasileira, sendo que esses passos vão sendo construindo, mas são muito mais penosos e são lentos.

Digo isso porque temos uma Constituição que seguramente é uma das mais avançadas do mundo, que criminaliza, que condena o racismo. Estamos construindo recentemente a nossa democracia, apesar de ela ser nova, menos de um quarto de século, mostra sinais de vitalidade.

E posso dizer a vocês o seguinte: nesse um quarto de século de Constituição democrática, nós vimos um operário na Presidência, coisa que em todo o período republicano seria impossível; assistimos na maior cidade do País, que é São Paulo, a assunção à direção da capital de duas mulheres, uma vice; assistimos à eleição de um negro em São Paulo; a assunção de inúmeros ministros negros; de inúmeros secretários, prefeitos e vereadores negros, inclusive a assunção do primeiro-ministro negro que é o ministro Joaquim Barbosa. Isso só é possível por conta do aprofundamento desse processo democrático em que a Constituição, ao mesmo tempo que reflete, impulsiona esse processo também.

E estou levantando isso porque este debate que é o debate colocado hoje em Genebra, colocado em cada país do mundo, é também o debate da sociedade brasileira. Só que temos referências históricas para não cometer erros ou vencer obstáculos que já encontramos no passado.

Para quem foca bem a história do País, podemos dizer que a transição do trabalho escravo em 1888 foi trágica e desastrosa para a população negra, trágica e desastrosa para o Brasil. O problema é que naquela época o contexto político isolava a população negra, isolava a sua luta e a população negra contava como aliados potencialmente apenas os índios e alguns intelectuais, Castro Alves, Joaquim Nabuco e outros tantos.

Hoje, a população negra na luta pela sua reparação pode contar com muito mais aliados do que em períodos passados. A população negra organizada através de suas

lideranças, através da sua luta no dia a dia, pode contar com o movimento sindical, com o movimento de mulheres, com o movimento GLBT, com boa parte da intelectualidade, com os partidos progressistas, pode contar com uma gama de forças capazes então de impulsionar essas mudanças, sem o que não damos esses passos no sentido de buscar aqui a igualação política, econômica e social de 90 a 100 milhões de brasileiros. E aí é que entram então as propostas que hoje tramitam no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais.

O Congresso Nacional tem uma pauta de iniciativas que posso dizer às senhoras e aos senhores que se aproxima de qualquer coisa aí, um pouco acima de cem iniciativas, boa parte são projetos de lei. Claro que algumas têm muito mais repercussão, projetos de cotas, estatuto, projetos de emendas constitucionais, inclusive tentando viabilizar o fundo de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, como também podemos ver o seguinte: em Estados como a Bahia temos também aqui uma situação que, diria, se não é confortável, ela é muito generosa do que em outros Estados.

Pude fazer uma leitura das constituições estaduais, e há dois estados que suas constituições agasalham a questão racial e dão ao negro, ou à população negra local, o status de sujeito capaz de se inserir na constituição, o Amapá e a Bahia. Não só nesse capítulo referente ao negro, mas com relação a outros capítulos, a Constituição abriga um conjunto de possibilidades.

E alguém já disse aqui que a Bahia, por tudo que é, por tudo que foi e é na história do Brasil, pela sua constituição, ela pode ser a referência no sentido de impulsionar as medidas em discussão no Congresso Nacional, inclusive o próprio estatuto. E dar, a partir desse processo todo aqui, o exemplo que já tem o Amapá, mas podem ter, também, os outros estados.

Com certeza, esse processo é que vai fazendo com que esses campos aliados possíveis vão entendendo que, realmente, alguém disse aqui, que a batalha não é pela hegemonia do negro, do branco e nem de outros setores que não se colocam como tal, é, exatamente, para buscar o aprofundamento da nossa democracia, a construção da Nação brasileira em bases iguais, e não a construção que foi feita no processo de saída da escravidão: uma Nação que é pensa, em que mais da metade de sua população não usufrui dos benefícios do desenvolvimento e uma minoria busca a todo custo manter seus privilégios.

Claro que temos inimigos poderosos. Quando alguém fala aqui dos meios de comunicação, eu posso dizer para vocês que os proprietários dos grandes meios de comunicação, que denunciam, investigam e julgam processos, julgam pessoas, não passam de 10 famílias no Brasil. Isso é um absurdo! talvez por isso que até hoje não tenhamos tido aqui uma conferência nacional de comunicação. Vamos ter que ter este ano, porque não é possível que meia dúzia de famílias ou, no máximo, 10 famílias possam julgar o que o País deve dar a seus filhos ou não.

Nesse caso, acho que podemos dizer ao secretário Valmir Assunção, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e ao Dr. Samuel Vida, que muito colaborou na elaboração do estatuto, que o estatuto foi proposto em 2005, e por conta dessa construção democrática, acho que esperamos liquidar, tivemos avanços.

Acho que dentro desse campo de responsabilidades e de busca de alianças para

enfrentar essa nova fase poderíamos ter um processo pelo qual poderíamos atualizar o estatuto, tanto o da Bahia, como também de um processo que atualizamos em alguns aspectos dentro do governo federal, na Câmara de Deputados, o estatuto da igualdade que se encontra tramitando no Congresso.

Poderia citar aqui... Fiz uma leitura rápida e, portanto, não estaria autorizado a fazer essa discussão, mas acho que poderíamos pensar aqui em alguma coisa que pudéssemos acrescentar formulações que dizem respeito ao direito habitacional da população das favelas, dos cortiços, dos alagados.

Acho que podíamos acrescentar alguma coisa a mais. A capoeira, que é uma das caras da Bahia, pode estar inserida no estatuto da igualdade racial. O estatuto coloca a capoeira como arte marcial, mas acho que a capoeira pode e deve ter uma percepção nossa de que é muito mais do que isso, pelo número de comunidades quilombolas que temos aqui.

Aqui, temos que enfrentar o problema do analfabetismo no Estado da Bahia, que, pelos dados que tenho, está em torno de 15% a 18%. A população negra não pode estar continuamente submetida a esse grau de exclusão.

Ou seja, além de combater isso, é preciso fazer com que a juventude dos quilombos possa ter acesso aos meios digitais de comunicação. Não é possível que o Estado não possa dotar uma comunidade ou um grupo de comunidades de centros digitais enquanto cada um não tem o seu computador, o seu *laptop*, a sua mídia própria.

Acho que podemos, de um diálogo estabelecido com o Executivo, com o Judiciário, com o Ministério Público para provocar essa atualização e poder acelerar o processo de votação desse estatuto. Esse procedimento é mais ou menos demorado. É claro que é uma exigência, sem o que não atualiza, não ganha consciência para a aprovação do estatuto.

A partir disso poderemos estabelecer entre todos nós, o Estado da Bahia, através da Sepromi, da Assembleia Legislativa, de outros órgãos do Estado, e assumir um compromisso de que neste ano precisamos dessas duas aprovações. Isso até em função do calendário eleitoral, porque no ano que vem tem eleição para presidente, para senador, e a pauta muda, as prioridades do País mudam. Ou o aprovamos neste ano ou não conseguimos dar esse passo necessário no sentido de buscar essas alianças e dar início à implementação das mudanças que a população negra quer.

Encerro por aqui deixando a saudação calorosa do ministro Edson Santos para a Assembleia Legislativa, para os demais órgãos do Estado, para as lideranças municipais e do movimento negro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Agradecemos ao Dr. Benedito Cintra e passamos a palavra à secretária da Promoção da Igualdade, Luíza Bairros.

A Sr^a LUÍZA BAIRROS:- Boa-noite a todos.

Quero começar trazendo para a Assembleia Legislativa, para todos desta audiência, na pessoa da Fátima Nunes, a saudação do governador Jaques Wagner, quem represento nesta sessão. Nessa condição de representante do governador, não vou entrar no mérito, digamos assim, da discussão mais específica do conteúdo do estatuto, até

porque como secretária da Sepromi já tive oportunidades de fazer isso no âmbito da Comissão Especial da Promoção da Igualdade.

Aproveitando a presença dos estudantes da Steve Biko, quero lembrar um fato recente da nossa história. Foi a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida, que aconteceu em Brasília, em 1995, organizada pelo movimento negro, dentro de uma grande articulação dos movimentos sociais no Brasil. Uma das conclusões a que essa marcha chegou, - e ela tem uma importância grande, porque entre os vários pontos que eu chamo de inflexão na nossa história, para mim, a marcha marca isso - foi exatamente no momento em que o movimento negro disse que agora cabia ao Estado assumir a sua parte. Fundamentalmente o que dizíamos era isso. Já fizemos todas as denúncias, o mito da democracia racial foi reduzido a cinzas, é preciso que o Estado assuma a sua parte até porque isso é uma exigência da nossa maioria política. Esse pensamento para mim é extremamente importante, e eu o trago novamente aqui para dizer para vocês o que é que vai conduzir a Sepromi, qual a participação dessa secretaria nesse processo de discussão do estatuto, encaminhando para a sua possível aprovação. Esperamos todos ainda neste ano.

Em primeiro lugar, é isso. O Estatuto é uma exigência da nossa maioria política enquanto negros, enquanto protagonistas do movimento negro. O estatuto, como lembrou o Dr. Almiro, é uma exigência constitucional e o Estatuto é como lembraram várias pessoas, inclusive, Samuel, ele é um instrumento fundamental para que façamos das políticas de promoção da igualdade racial um compromisso de Estado, uma responsabilidade primária do Estado.

Então, parece-me que são por esses eixos que a Sepromi deverá se conduzir no processo de discussão do estatuto, principalmente naquilo que se refere à necessidade, que sei que vamos ter, de pactuar esse Estatuto dentro do governo do Estado, já que ele toca em várias áreas, em vários setores da ação governamental.

Neste sentido, acho que é uma felicidade muito grande para nós termos hoje hoje, no deputado Valmir Assunção, que é o autor do projeto de lei, como um secretário de Estado, porque isso, pelo menos, dá para nós uma garantia muito grande de que teremos um parceiro incansável no processo de negociação do que viermos a definir dentro do substitutivo.

Com isso, quero concordar, também, com outras pessoas que me antecederam, da necessidade de apressarmos, deputado Bira Corôa, algum tipo de arranjo que possamos fazer para que essa discussão do substitutivo incorpore não apenas estas proposições que foram trazidas neste documento apresentado pela deputada Fátima, mas outras que possamos vir a acolher de outros contatos, de outras audiências que tenhamos com os setores do movimento negro.

O substitutivo, esperamos que faça, como já foi dito, a incorporação dos avanços que já obtivemos dentro do Estado da Bahia a partir da criação da Sepromi, mas, mais do que isso eu acredito que o Estatuto deva apontar para possibilidades futuras para aquelas, inclusive, que não estão desenhadas ainda como uma possibilidade concreta nossa, hoje, enquanto Sepromi ou dentro de outras secretarias para esta questão da promoção da igualdade. Porque para que essa agenda se institucionalize, efetivamente, não só do governo, mas dentro do Estado como um todo, acho que é preciso que tenhamos um olhar para o futuro, um olhar para a possibilidade

de crescimento constante das nossas conquistas e da nossa possibilidade enquanto povo.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Encerradas as falas dos nossos representantes na Mesa, tivemos do Plenário a inscrição do Sr. Raimundo Komanajy. Enquanto ele se dirige à tribuna para fazer uso da palavra, a qual concedo por 5 min, quero adiantar os agradecimentos a todos os funcionários da Casa, da TV Assembleia, as taquígrafas, o pessoal de apoio, já são, praticamente, 19 h e todos, hoje, quinta-feira, neste trabalho constante, agradeço de coração e a toda equipe do cerimonial. Agradecemos, também a ONG Omin-Dúdú que preparou o ambiente, as produtoras das bonecas que são do Grupo Kanaombo, a quituteira Tânia Rodrigues e todos que contribuíram que estão aqui participando com sua cultura, com sua arte, com sua voz e desejosos que toda nossa arte, nossa cultura, nossa vida seja assim assegurada nas linhas escritas da lei e que depois serão implantadas como políticas públicas para a nossa vida de alegria, de felicidade e de dignidade.

Com a palavra o senhor Raimundo Komanajy

O Sr. RAIMUNDO KOMANANJY:- (O orador começa com um dialeto de saudação), queria só mais três minutos, porque vou saudar aqui minha ancestralidade. Hoje é dia 23 de abril, a minha etnia neste dia louva (o orador fala um dialeto).

Isso é uma soletração que eu faço ao meu pai Cateto Motalombó, que noutra etnia é Oxossi, para que mate essa onça e nos cubra com o couro dela. Falo essa onça que está impregnada, essa onça racista, essa onça que desrespeita a nossa ancestralidade.

Hoje, faz um ano que a Prefeitura Municipal de Salvador derrubou um terreiro de candomblé e, nesses dias, o vereador Gilmar Santiago conseguiu achar um projeto de regularização de terreiros, e o prefeito, sem educação nenhuma, mentiu para o povo, mentiu para o povo quando derrubou o terreiro. Como é que podemos pensar em igualdade se em nenhuma religião alguém derrubou terreiro! Qual é a religião de que derrubaram terreiro? Qual é a religião em que desrespeitam a ancestralidade igual a nossa? Nossos ancestrais derramaram sangue nesta terra, construíram esta terra, somos maioria negra, somos desrespeitados por minuto. Como é que podemos pensar em dar as mãos se não existe igualdade? Que igualdade é essa se nós somos maioria na penitenciária, somos maioria lá no Nina Rodrigues, todo dia morre um filho nosso, um negro? Somos minoria na universidade. Isso é igualdade?

Um repórter focalizou, filmou, abusou da imagem de uma senhora que passava fome pegando duas latas de leite condensado. Isso é igualdade? Um senador dá um celular à filha e ela vai para a Espanha e gasta 15 mil reais do nosso dinheiro. Isso é igualdade? Os deputados fazendo bagunça com o nosso dinheiro com passagem de avião. Isso é igualdade? Como é que querem que nós nos submetamos, vamos apertar as mãos e está tudo certo. Não está certo. Não tem nada certo.

O Estado da Bahia não reconhece quilombos urbanos. O município não reconhece quilombos urbanos, mas o FNDE dá mais de um milhão de reais para quilombos urbanos de Salvador. Cadê os quilombos urbanos? Onde estão esses

quilombos urbanos, se o governo do Estado diz que não tem política para quilombos urbanos? A Prefeitura Municipal de Salvador não reconhece quilombos urbanos, mas reconhece nosso dinheiro, é quase um milhão de reais por ano, só do FNDE. Entre na página do FNDE.

O que queremos é igualdade. Nosso povo morre de tuberculose, quem é branco... Vá lá ao subúrbio. Meu irmão Aílton, dê o recado ao prefeito, porque aqui você é o prefeito.

Isso é igualdade? Eu não me sinto à vontade aqui, quer dizer, o Estado é laico, qual o meu símbolo aqui? Eu não sou cristão, eu estou vendo um crucifixo. Por que não se segue a Constituição Brasileira? O Estado é laico, olhem o crucifixo! Não está me fazendo mal nenhum, mas me sinto incomodado por não ter meu símbolo. Não tem o símbolo do índio, não tem o símbolo do judeu, do muçulmano, só do cristão. Isso é igualdade?

(Palmas, muitas palmas.)

Quando é que nós vamos ter igualdade nesta terra? (Palmas). O nosso sangue está aqui impregnado. Temos 80% de negros e cadê a igualdade desse país? Cadê a igualdade dessa terra, desses deputados que são bancados por nossos impostos, são eleitos pelo nosso povo? Cadê a igualdade racial? Cadê o povo de Terreiro? Todo mundo diz que é do Candomblé, mas na hora não assume. Só ficam na meia fala.

Eu sou um negro quimbundo. Eu falei agora em quimbundo, isso é mal? Isso é igualdade? Somos diferentes, mas todos nós somos brasileiros e eu quero igualdade. Não temos igualdade de jeito nenhum, só há favorecimento para alguns. Nossa maioria está morrendo, a Polícia está matando só negro, só negro e só negro, e só fica no lenga-lenga-lenga e não sai do lugar. Agora, vem um irmão que é da Igreja Cristã e ainda diz que é afrodescendente. Eu nunca ouvi dizer que a Igreja Católica é afrodescendente? Pode ser que o irmão seja afrodescendente, mas a raiz da Igreja Católica, do Protestante não é afrodescendente. Eles querem pongoar quando estão vendo melhoria para um lado, e depois nos jogam fora, nos pisam, e tem canal de televisão.

O que mais dói é que nossos irmãos, quando estão no poder eles mudam de língua, falam outro idioma, não falam a nossa língua quem está aí fora. O que queremos é igualdade, até com nossos próprios irmãos, porque não é possível que isso aconteça mais nesse Estado da Bahia.

O que nós estamos precisando, e temos que começar, vocês que são do movimento negro, somos 80%, é começar pelo senador negro. Falem com o PT, quem é do PT, com o PFL, quem é do PFL, precisamos de um senador negro na Bahia. (Palmas). O que precisamos é de um senador negro. Não sei onde vão achar esse senador negro, mas temos que ter um senador “preto”, pode ser de qualquer religião, mas um homem que já passou as barreiras, que sabe o que a gente passa, que sabe o que a gente “come”.

Agora, é fácil falar aqui em igualdade, quando os nossos filhos estão sem colégio. Nós não temos professor. Não temos professor. Quanto tempo sem professor!

Vamos falar de igualdade. Escrevi uma coisa aqui para vocês. Comunidade Polo Tradicional. O governo parece que não reconhece. Eles brigam entre si por causa de um negócio desses que nós estamos trabalhando em Brasília para trazer para essa terra,

e os nossos governantes, que nós elegemos, ficam brigando entre si, atrapalhando as nossas comunidades.

Pedimos uma reunião com a Seri, a Seri não teve condições, a “Aquimbot” foi lá, através da sede, trouxe gente de Bom Jesus da Lapa, trouxe pessoas de perto de Brasília, Senhor do Bonfim e seis municípios que têm cadeira lá em Brasília, na Comissão Nacional de Povos e Comunidade Pobres Tradicionais e eles estão brigando para assumir. Isso também é importante para nós, negros. Só que nessa reunião que fizemos a Coordenação Geral será da Sociedade Civil, o governo tem que se contentar com a Secretaria Executiva, porque ele não teve condições de, em um ano, fazer uma reunião para escolher quem é Comunidade Pobres Tradicionais. Só que Brasília pagou a nossa passagem para formularmos essa lei e o governo simplesmente está fazendo sozinho. Nós queremos uma lei, não queremos lei de governo, queremos uma lei de Estado. E fez tudo sem comunicar à sociedade civil. E essas mesmas pessoas ficam dizendo que isso é democracia. Isso é “democradura”, pois agem sem ouvir ninguém.

Só que queremos esse documento da Casa Civil para analisarmos.

Para fechar o balaio, quero dizer que é muito fácil ser branco. Quando é negro, ele vai para o lado evangélico. É muito fácil ter Jesus como salvador, pisando nos irmãos e separando os casais que não são evangélicos. É muito fácil para eles nos sacrificar, nos colocar na posição “de meu irmão”. Ele não é meu Deus; meu Deus é Xangô.

É quero dizer aos quilombos: se você não se unir com o povo de terreiro, você não vai para lugar nenhum, porque os quilombos nasceram dos terreiros. Quilombo fala a língua quimbumdo, umbundo ou quicongo, uma dessas línguas ele fala. Não adianta quilombo se alvoroçar e sair de sua matriz. Quer queira, quer não, ele sai de nós. Queremos igualdade. Devo dizer ao nosso irmão do Ministério Público que faz 1 ano que derrubaram uma casa de nosso ancestral.

Faz 1 ano que a prefeitura mentiu para nós. Disse que ia fazer essa tal de regularização fundiária. Como é que a gente é igual, se a gente não tem terra, não tem nada, só tem lombo para apanhar? Faz 2 anos que estivemos aqui com 300 pessoas brancas. Desligaram o telefone, desligaram o ar-condicionado, porque não éramos cristãos. Está escrito nos Anais, através do deputado Álvaro Gomes. Nós viemos aqui falar do INSS. Desligaram tudo porque não éramos cristãos. E esta Casa é do povo.

Eles são colocados aqui por nosso povo. Mais uma vez, quem é de partido? Eu não sou de partido, sou de candomblé. Precisamos de um senador negro. E nós negros temos de ter vergonha na cara e deixar desse ramerrame. Brigamos um com o outro e não fazemos um senador negro, um governador negro, um prefeito negro, e aí vamos em cima do nosso irmão.

Antes de acabar, só quero dizer que, como os índios dizem, os nossos caboclos que cultuamos. “Ó brasileiro, ó brasileiro, ó brasileiro, sou brasileiro, imperador, sou filho do Brasil, sou brasileiro eu sou, sou brasileiro, imperador”. Sou filho do rei, não sou só amigo do rei; somos filhos de um rei e de uma rainha, não somos só amigos do rei.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Quero agradecer também ao jovem Elsimar Freitas, que cedeu sua imagem para que pudéssemos preparar nosso cartaz.

Não tendo mais ninguém inscrito, em nome do Poder Legislativo, agradeço a presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas, dos Srs. Deputados e das Sr^{as} Deputadas, da imprensa e de todos os demais participantes.

Declaro encerrada a presente sessão. (Palmas)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*